



Diário Oficial do

MUNICÍPIO

PODER EXECUTIVO • BAHIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CÔCOS

IMPRENSA ELETRÔNICA

Lei nº 12.527



A Lei nº 12.527, sancionada pela Presidente da República em 18 de novembro de 2011, tem o propósito de regulamentar o direito constitucional de acesso dos cidadãos às informações públicas e seus dispositivos são aplicáveis aos três Poderes da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

A publicação da **Lei de Acesso a Informações** significa um importante passo para a consolidação democrática do Brasil e torna possível uma maior participação popular e o controle social das ações governamentais, o acesso da sociedade às informações públicas permite que ocorra uma melhoria na gestão pública.

Veja ao lado onde solicitar mais informações e tirar todas as dúvidas sobre esta publicação.

Atendimento ao Cidadão

Presencial



Rua Presidente Juscelino, 115, Centro

Telefone



77 3489-1041

Horário



Segunda a sexta-feira,
das 08:00 às 12:00h e
das 14:00 às 17:00h

Diário Oficial Eletrônico: Agilidade e Transparência



Efetivando o compromisso de cumprir a **Lei de Acesso à Informação** e incentivando a participação popular no controle social, o **Diário Oficial Eletrônico**, proporciona rapidez no processo de administração da documentação dos atos públicos de maneira eletrônica, com a **segurança da certificação digital**.

Assim, Graças ao Diário Oficial Eletrônico, todos os atos administrativos se tornam públicos e acessíveis para qualquer cidadão, de forma **rápida e transparente**, evitando o desconhecimento sobre as condutas do Poder Público.

Um dos aspectos interessantes é a sua divisão por temas para que a consulta seja facilitada. Assim, o Diário Oficial é segmentado em partes: emendas constitucionais, leis, decretos, resoluções, instruções normativas, portarias e outros atos normativos de interesse geral;



CÔCOS • BAHIA

ACESSE: WWW.COCOS.BA.GOV.BR

Diário Oficial do
MUNICÍPIO

RESUMO

LICITAÇÕES

CRENCIAMENTO

- AVISO DE CREDENCIAMENTO N.º 005-2023 - OBJETO: CREDENCIAMENTO PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOAS JURÍDICAS OU FÍSICAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS GENERALISTAS EM REGIME AMBULATORIAL, SERVIÇOS MÉDICOS ESPECIALIZADOS EM PSIQUIATRIA, SERVIÇOS MÉDICOS ESPECIALIZADOS EM GINECOLOGIA, BEM COMO CREDENCIAMENTO DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS ENFERMEIRO, PSICÓLOGO, FISIOTERAPEUTA E ASSISTENTE SOCIAL, PARA ATENDIMENTO, EM CARÁTER COMPLEMENTAR, CONFORME ANEXO I DO EDITAL.

EDITAIS DE LICITAÇÕES

- EDITAL DE CREDENCIAMENTO N.º 005-2023

EDITAIS

- RESULTADO PARCIAL - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - REDA - EDITAL N.º 01/2023.





BAHIA

Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS



AVISO DE CREDENCIAMENTO

CREDENCIAMENTO N.º 005-2023

O Município de Cocos - Estado da Bahia, torna público que realizará a partir do dia 13/07/2023 à 31/12/2023 das 08h00m às 12h00m, segunda à sexta-feira, na sede da Prefeitura Municipal de Cocos-BA, situada à Rua Presidente Juscelino, 115, Centro, CEP: 47.680-000, Cocos-Ba, Setor de Licitações, o credenciamento, OBJETO: Credenciamento para contratação de pessoas jurídicas ou físicas para prestação de serviços médicos generalistas em regime ambulatorial, serviços médicos especializados em psiquiatria, serviços médicos especializados em ginecologia, bem como credenciamento de serviços profissionais Enfermeiro, Psicólogo, Fisioterapeuta e Assistente Social, para atendimento, em caráter complementar, conforme Anexo I do edital. Maiores informações na sede da Prefeitura, das 07h00min às 12h00min, Ou pelo telefone: (77) 3489-1041. Edital completo encontra-se disponível no Diário Oficial do Município <http://www.cocos.ba.gov.br/>

Cocos - Bahia, 11 de julho de 2023.

Anizio Veiga Filho
Presidente da CPL





Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE CÔCOS**CRENCIAMENTO Nº 005-2023****OBJETO**

Credenciamento para contratação de pessoas jurídicas ou físicas para prestação de serviços médicos generalistas em regime ambulatorial, serviços médicos especializados em psiquiatria, serviços médicos especializados em ginecologia, bem como credenciamento de serviços profissionais Enfermeiro, Psicólogo, Fisioterapeuta e Assistente Social, para atendimento, em caráter complementar, conforme Anexo I do edital.

CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

Poderão participar da presente licitação pessoas jurídicas do ramo que atendam às exigências deste Edital e seus Anexos.

LOCAL E DATA DE RECEBIMENTO DA DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA

Data: 11 de julho de 2023 a 31 de dezembro de 2023.

Hora: 08h00m às 12h00m - segunda à sexta-feira

Local: Prefeitura Municipal de Cocos

Rua Presidente Juscelino, nº 115, Centro

Cocos - Bahia

CEP 47.680-000

Marcelo de Souza Emerenciano
Prefeito Municipal





Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS**CRENCIAMENTO Nº 005-2023****ÍNDICE**

1. Da convocação
2. Da inscrição
3. Do objeto
4. Dos serviços e da remuneração
5. Da participação no credenciamento
6. Da habilitação e do critério de julgamento
7. Dos recursos orçamentários
8. Do contrato e suas alterações
9. Do regime de execução
10. Do preço e condições de pagamento
11. Do reajuste
12. Das obrigações do Credenciante
13. Das obrigações dos Credenciados
14. Da fiscalização
15. Das sanções
16. Da rescisão
17. Dos recursos administrativos
18. Da impugnação do edital e pedido de informações
19. Da revogação
20. Das disposições gerais
21. Do Foro

A N E X O S

- | | |
|------------|--|
| Anexo I | - Modelo de Requerimento de Credenciamento |
| Anexo II | - Modelo de Declaração de Idoneidade - Credenciamento |
| Anexo III | - Modelo de Declaração relativa à proibição do trabalho do menor |
| Anexo IV | - Modelo de Proposta de Preços |
| Anexo V | - Modelo de Declaração Fato Superveniente |
| Anexo VI | - Modelo de Declaração de Microempresa e Empresa Pequeno Porte |
| Anexo VII | - Modelo de Declaração de Requisitos de Habilitação |
| Anexo VIII | - Modelo de Declaração de Trabalho Forçado e Degradante |
| Anexo IX | - Minuta de Contrato de Prestação de Serviços |

Rua Presidente Juscelino, nº 115, Centro, Cocos, Bahia, CEP 47.680-0002

CNPJ n.º 14.222.012/0001-75

Telefone: (77) 3489.1041





Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS**EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 005-2023****PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 228-2023****1. DA CONVOCAÇÃO**

1.1. O Município de Cocos-BA torna público, para conhecimento dos interessados, que nas datas, horários e local indicado estará recepcionando documentos para a seleção e o credenciamento para contratação de pessoas jurídicas ou físicas para prestação de serviços médicos generalistas, em regime ambulatorial, serviços médicos especializados em psiquiatria, serviços médicos especializados em ginecologia, bem como credenciamento de serviços profissionais de Enfermeiro, Psicólogo, Fisioterapeuta e Assistente Social, para atendimento, em caráter complementar, conforme Anexo I do edital, através do presente instrumento, nos termos em especial os dispostos na **Constituição Federal no caput do art. 6º; inciso VII do art. 30; inciso II do art. 23; caput do art. 196 e caput do art. 197; §1º do art. 199; na Lei Federal n.º 8.666/1993 no caput do art. 25º, e na Lei Federal n.º 8080/1990 no caput do art. 7º, e suas alterações, e o Decreto Municipal n.º 071/2017, de 1 de dezembro de 2017, segundo as condições estabelecidas no presente edital e em seus anexos.**

1.2. O presente Edital e seus anexos poderão ser examinados ou recebidos gratuitamente na sede da Prefeitura Municipal de Cocos, Rua Presidente Juscelino, nº 115, Centro, Cocos, Bahia, CEP 47.680-000, no horário de segunda a sexta-feira das 08h00min às 12h00min e também estará disponível no endereço eletrônico: http://www.cocos.ba.gov.br/diario_oficial.

1.3. Os interessados poderão também tirar dúvidas e solicitar maiores informações pelo telefone: (77) 3489-1041 ou pelo e-mail: licitacaopmccocos@hotmail.com.

2. DA INSCRIÇÃO PARA ADESÃO

2.1. O Credenciamento ocorrerá no período de **11 de julho de 2023 a 31 de dezembro de 2023**, podendo ser prorrogado por interesse da Administração Municipal.

2.2. O recebimento da documentação ocorrerá nos dias de expediente na sede da Prefeitura Municipal de Cocos– Bahia, situada a Rua Presidente Juscelino, nº 115, Centro, Cocos, Bahia, CEP 47.680-000, no horário das 08h00m às 12h00m de segunda-feira a sexta-feira de forma permanente no interstício disposto acima.

3. DO OBJETO

3.1. O objeto deste Edital é o credenciamento para contratação de pessoas jurídicas ou físicas para prestação de serviços médicos generalistas, em regime ambulatorial, serviços médicos especializados





Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS

em psiquiatria, serviços médicos especializados em ginecologia, bem como credenciamento de serviços profissionais de Enfermeiro, Psicólogo, Fisioterapeuta e Assistente Social, para atendimento, em caráter complementar, conforme Anexo I do edital.

4. DOS SERVIÇOS E DA REMUNERAÇÃO

4.1. As condições, as áreas de atuação, os valores e os serviços serão contratados e estabelecidos em conformidade com as tabelas discriminadas abaixo:

ITEM 1 - MÉDICO GENERALISTA							
ITEM	DESCRIÇÃO	VAGAS	UNID.	Quant. Estimada (Mês)	V. UNIT.	Valor Estimado Mensal R\$	Valor Total Estimado R\$ (12 meses)
1.1	Médico Generalista com atendimento em regime ambulatorial, na sede e zona rural do Município de Cocos - Bahia.	1	Mês	1	R\$ 12.050,00	R\$ 12.050,00	R\$ 144.600,00
VALOR ESTIMADO (12 MESES)							R\$ 144.600,00
ITEM 2 – MÉDICO GENERALISTA (UBS)							
ITEM	DESCRIÇÃO	VAGAS	UNID.	Quant. Estimada (Mês)	V. UNIT.	Valor Estimado Mensal R\$	Valor Total Estimado R\$ (12 meses)
2.1	Médico Generalista com atendimento ambulatorial na Unidade Básica Juarez Nunes de Oliveira, em regime ambulatorial 40 horas semanais no Bairro Vila Sorriso, sede do Município de Cocos-BA	1	Mês	1	R\$ 12.050,00	R\$ 12.050,00	R\$ 144.600,00
VALOR ESTIMADO (12 MESES)							R\$ 144.600,00
ITEM 3 – MÉDICO PSIQUIATRA							
ITEM	DESCRIÇÃO	VAGAS	UNID.	Quant. Estimada (Atendimento /Mês)	V. UNIT.	Valor Estimado Mensal R\$	Valor Total Estimado R\$ (12 meses)
3.1	Médico Psiquiatra com atendimento em regime ambulatorial no Centro de Atenção Psicossocial - CAPS na sede do Município de Cocos - Bahia, sendo 05 atendimentos mensais.	1	Mês	05	R\$ 3.012,50	R\$ 15.062,50	R\$ 180.750,00
VALOR ESTIMADO (12 MESES)							R\$ 180.750,00
ITEM 4 - ENFERMEIRO							
ITEM	DESCRIÇÃO	VAGAS	UNID.	Quant. Estimada (Atendimento/ Mês)	V. UNIT.	Valor Estimado Mensal R\$	Valor Total Estimado R\$ (12 meses)
4.1	Médico Ginecologista com atendimento em ambulatorio, na sede do Município de Cocos - Bahia.	1	Consulta	120	R\$ 150,00	R\$ 18.000,00	R\$ 216.000,00
VALOR ESTIMADO (12 MESES)							R\$ 216.000,00
ITEM 5 - PSICÓLOGO							
ITEM	DESCRIÇÃO	VAGAS	UNID.	Quant. Estimada (Mês)	V. UNIT.	Valor Estimado Mensal R\$	Valor Total Estimado R\$ (12 meses)
5.1	Psicólogo, para atendimento em dias úteis, em regime de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, na sede do Município de Cocos - Bahia.	01	Mês	1	R\$ 2.500,00	R\$ 2.500,00	R\$ 30.000,00





Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS

VALOR ESTIMADO (12 MESES)							R\$ 30.000,00
ITEM 6 - FISIOTERAPEUTA							
ITEM	DESCRIÇÃO	VAGAS	UNID.	Quant. Estimada (Mês)	V. UNIT.	Valor Estimado Mensal R\$	Valor Total Estimado R\$ (12 meses)
6.1	Fisioterapeuta para atendimento em dias úteis, em regime de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde na sede do Município de Cocos - Bahia.	1	Mês	1	R\$ 1.875,00	R\$ 1.875,00	R\$ 22.500,00
VALOR ESTIMADO (12 MESES)							R\$ 22.500,00
ITEM 7 - ENFERMEIRO							
ITEM	DESCRIÇÃO	VAGAS	UNID.	Quant. Estimada (Mês)	V. UNIT.	Valor Estimado Mensal R\$	Valor Total Estimado R\$ (12 meses)
7.1	Enfermeiro, para atendimento em regime de plantão, em regime de 40 horas semanais, no Hospital Municipal São Sebastião, na sede do Município de Cocos - Bahia.	02	Mês	02	R\$ 2.757,30	R\$ 5.514,60	R\$ 66.175,20
VALOR ESTIMADO (12 MESES)							R\$ 66.175,20
ITEM 8 – ASSISTENTE SOCIAL							
ITEM	DESCRIÇÃO	VAGAS	UNID.	Quant. Estimada (Mês)	V. UNIT.	Valor Estimado Mensal R\$	Valor Total Estimado R\$ (12 meses)
8.1	Assistente Social, para atendimento em dias úteis, em regime de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, na sede do Município de Cocos – Bahia.	1	Mês	1	R\$ 1.874,96	R\$ 1.874,96	R\$ 22.499,52
VALOR ESTIMADO (12 MESES)							R\$ 22.499,52
ITEM 9 – ASSISTENTE SOCIAL (SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL)							
ITEM	DESCRIÇÃO	VAGAS	UNID.	Quant. Estimada (Mês)	V. UNIT.	Valor Estimado Mensal R\$	Valor Total Estimado R\$ (12 meses)
9.1	Assistente Social, para atendimento em dias úteis, em regime de 30 horas semanais, no CRAS, na sede do Município de Cocos – Bahia.	1	Mês	1	R\$ 1.874,96	R\$ 1.874,96	R\$ 22.499,52
VALOR ESTIMADO (12 MESES)							R\$ 22.499,52

4.2. Os valores constantes das planilhas dispostas acima são estimados, apenas demonstram os valores a serem efetivamente pagos por cada unidade de serviço completamente atendida em sintonia com as respectivas descrições dos serviços e atendidas às demais exigências contidas no edital, no termo de referência e no contrato. Os quantitativos efetivamente contratados deverão ser planejados e analisados com vistas ao atendimento às demandas planejadas da Secretaria Municipal de Saúde e Secretaria Municipal de Assistência Social.

4.3. Cabe as Secretarias adotar todos os procedimentos e providências, nos contratos e na aplicação de sua logística para o pleno atendimento as demandas necessárias analisando-as diariamente, semanalmente, mensal e anual, almejando evitar dentro de uma maior previsibilidade possível que não ocorram ausências de profissionais ora credenciados para atendimento à população do Município de Cocos.

4.4. Os quantitativos de vagas dispostos nas planilhas dos serviços limitam-se à quantidade de credenciados, considerando que todos os credenciados poderão prestar os serviços mediante o planejamento das Secretarias, e considerando ainda os fatos e demandas imprevisíveis e sempre





Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS

iminentes em se tratandode saúde pública.

4.5. Os valores por serviços prestados constantes neste instrumento convocatório encontram-se acima dos mínimos dispostos pela Tabela SUS, em razão das características e necessidades locais e visando atrair um número suficiente ou maior de profissionais em conformidade com o §Único, art. 4º da Portaria n.º 1.286/1993 do Ministério da Saúde nos casos pertinentes a Secretaria Municipal de Saúde.

4.5.1. Os recursos financeiros, em sua maior parcela, destinados a suprir a tabela diferenciada para remuneração de serviços advirão dos recursos próprios dos investimentos em Saúde do Município de Cocos, em atendimento ao art. 1º da Portaria n.º 1.606/2001 do Ministério da Saúde.

4.6. Os valores a serem investidos pela Secretaria Municipal de Saúde e Secretaria Municipal de Assistência Social em seus respectivos programas sociais insertos serão utilizados quando passíveis de aplicação os recursos advindos do Governo Federal.

5. DA PARTICIPAÇÃO NO CREDENCIAMENTO

5.1. Poderão habilitar-se, para credenciamento as pessoas físicas ou jurídicas de acordo com as necessidades listadas no Item 4 deste Edital e que apresentarem Carta-Proposta e/ou Requerimento, com os valores em conformidade com o disposto, obedecidos à legislação em vigor.

5.2. Não poderão participar deste credenciamento:

- 5.2.1. Pessoas jurídicas cujo objeto social não seja pertinente e compatível com o objeto deste credenciamento.
- 5.2.2. Pessoas jurídicas ou sociedades estrangeiras que não funcionem no país;
- 5.2.3. Pessoas físicas ou jurídicas impedidas de licitar e contratar com o Município ou suspensas temporariamente de participar de licitação ou impedidas de contratar com o Município de Cocos (art. 87, III, da Lei n.º 8.666/1993);
- 5.2.4. Pessoas físicas ou jurídicas declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;
- 5.2.5. Pessoas físicas com insolvência civilou jurídicas em processo falimentar, em processo de concordada, em recuperação judicial ou extrajudicial;
- 5.2.6. Quaisquer interessados que se enquadrarem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei n.º 8.666/1993;
- 5.2.7. Cooperativas de trabalho;
- 5.2.8. Cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, de servidor integrante da Comissão Permanente de Licitação responsável por este edital.

5.3. As Cartas-Propostas, os Requerimentos para Credenciamento e demais documentos deverão ser apresentados em envelope fechado, lacrado, rubricado no fecho por parte do proponente e entregue à Comissão Permanente de Licitação, na Prefeitura Municipal de Cocos, situada a Rua Presidente Juscelino, nº 115, Centro, Cocos, Bahia, CEP 47.680-000.

Rua Presidente Juscelino, nº 115, Centro, Cocos, Bahia, CEP 47.680-0006

CNPJ n.º 14.222.012/0001-75

Telefone: (77) 3489.1041





Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS

5.4. O envelope deverá conter na parte externa os seguintes dizeres:

MUNICÍPIO DE COCOS
PROPOSTA E DOCUMENTOS PARA CREDENCIAMENTO Nº 005-2023
RAZÃO SOCIAL DA PESSOA JURÍDICA OU NOME PESSOA FÍSICA
CNPJ OU CPF

5.5. Para habilitar-se à contratação, as Pessoas Físicas ou Jurídicas interessadas deverão apresentar “Requerimento de Credenciamento”, conforme modelo do Anexo I, acompanhado dos documentos necessários, com atendimento das seguintes exigências e observações:

- 5.5.1. Ser datilografada ou impressa, em papel timbrado da pessoa jurídica ou que a identifiquem, sem emendas, rasuras e de maneira completa, expressa e inteligível;
- 5.5.2. Declarar concordância com as condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos;
- 5.5.3. Conter seus dados ou relação do Corpo Clínico, impressa e em meio eletrônico, constando nome completo e o(s) número(s) do(s) registro(s) do profissional no Conselho de classe regional respectivo e na especialidade;
- 5.5.4. Indicar o nome do Banco, número da Agência e da Conta Corrente para creditar os pagamentos; e
- 5.5.5. Ser datada e assinada pelo representante legal.

5.6. Os **Requerimentos para Credenciamento** terão validade de 60 (sessenta) dias, contados da data da entrega, o qual admitirá prorrogação;

5.6.1. Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para contratação, ficam os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

5.7. Cada pessoa jurídica apresentar-se-á com apenas um representante que, devidamente munido de credenciais, será admitido a intervir nas fases do procedimento de habilitação, que responderá, assim, para todos os efeitos, por sua representada, devendo ainda, no ato de suas eventuais manifestações, identificarem-se exibindo a carteira de identidade ou outro documento equivalente.

5.7.1. Por credenciais entende-se:

5.7.1.1. Habilitação do representante mediante procuração outorgada com poderes expressos para a prática do ato, acompanhada de cópia atualizada do ato de investidura do outorgante, do qual constem poderes para a outorga respectiva;

5.7.1.2. Caso seja administrador de pessoa jurídica, apresentar o estatuto ou contrato social registrado, bem como as alterações averbadas, que comprovem os poderes necessários para o uso da firma ou denominação social;

5.7.2. A não apresentação ou incorreção destes documentos não determinará a inabilitação, mas impedirá o representante de se manifestar e responder pela mesma; e,

5.7.3. A ausência ou inabilitação do representante para um ato não impede o suprimento da deficiência, que lhe deu causa, nos atos seguintes.

6. DA HABILITAÇÃO E DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO





Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS

6.1. **AHABILITAÇÃO JURÍDICA**, comprovada mediante a apresentação da seguinte documentação:

6.1.1. **Se PESSOA JURÍDICA:**

- 6.1.1.1. Registro Público de Empresas Mercantis, no caso de empresário individual;
- 6.1.1.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, com sua última alteração, devidamente registrado, e no caso de sociedades empresárias, acompanhado de documento de eleição de seus administradores ou, se for o caso, procurações que outorguem poderes para terceiros;
- 6.1.1.3. Inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- 6.1.1.4. Decreto de autorização no caso de sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

6.2.1. **Se PESSOA FÍSICA:**

- 6.2.1.1. Carteira Profissional emitida pelo respectivo Conselho de classe;
- 6.2.1.2. Comprovação da Especialidade, se for o caso.

6.2. A **REGULARIDADE FISCAL** será comprovada mediante a apresentação das seguintes documentações:

6.2.1. **Se PESSOA JURÍDICA:**

- 6.2.1.3. **Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica**—Cartão CNPJ;
- 6.2.1.4. **Prova de regularidade com a Fazenda Nacional**, com a apresentação da Certidão Negativa de Débitos da Fazenda Nacional, conforme unificação prevista na Portaria do Ministério da Fazenda, n.º 358 de 05 de setembro de 2014, que engloba a Certidão Conjunta Negativa de Débitos, ou positiva com efeitos de negativa, relativos aos tributos federais e à Dívida Ativa da União e Prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- 6.2.1.5. **Prova de regularidade perante a Fazenda Estadual** do domicílio ou sede do interessado;
- 6.2.1.6. **Prova de regularidade perante a Fazenda Municipal** do domicílio ou sede do interessado;
- 6.2.1.7. **Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia** por Tempo de serviço - FGTS por meio de apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS - CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal; e,
- 6.2.1.8. **Prova de regularidade** com a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, conforme a Lei n.º 12.440, de 07 de julho de 2011.

6.2.2. **Se PESSOA FÍSICA:**

Rua Presidente Juscelino, nº 115, Centro, Cocos, Bahia, CEP 47.680-0008
CNPJ n.º 14.222.012/0001-75 Telefone: (77) 3489.1041





Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS

- 6.2.2.1. **Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Física**– CPF;
- 6.2.2.2. **Comprovante de inscrição** no Conselho respectivo;
- 6.2.2.3. **Prova de regularidade perante a Fazenda Federal**, mediante certidão conjunta, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, quanto aos demais tributos federais e à dívida ativa da União, por elas administrados;
- 6.2.2.4. **Prova de regularidade perante a Fazenda Estadual** do domicílio ou sede do interessado;
- 6.2.2.5. **Prova de regularidade perante a Fazenda Municipal** do domicílio ou sede do interessado;
- 6.2.2.6. **Prova de regularidade** com a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, conforme a Lei n.º 12.440, de 07 de julho de 2011;

6.2.3. As certidões de comprovação da regularidade fiscal dos licitantes deverão ser apresentadas dentro do prazo de validade estabelecido em lei ou pelo órgão expedidor, ou, na hipótese de ausência de prazo estabelecido, deverão estar datadas dos últimos 60 (sessenta) dias contados da data de entrega da documentação perante o Município de Cocos.

6.3. A **QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA** será comprovada mediante a apresentação das seguintes documentações:

6.3.1. **Se Pessoa Jurídica:**

- 6.3.1.1. **Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial**, ou liquidação judicial, ou criminal e execução penal, conforme o caso, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, ou de seu domicílio, dentro do prazo de validade previsto na própria certidão, ou, na omissão desta, expedida a menos de 30 (trinta) dias contados da data da sua apresentação;

6.3.2. **Se Pessoa Física:**

- 6.3.2.1. **Certidão Negativa de Insolvência**, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, ou de seu domicílio, dentro do prazo de validade previsto na própria certidão, ou, na omissão desta, expedida a menos de 30 (trinta) dias contados da data da sua apresentação;

6.4. A **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA** será comprovada mediante a apresentação das seguintes documentações:

6.4.1. **Se PESSOA JURÍDICA:**

- 6.4.1.1. **Cópia da Carteira Profissional** do Conselho Regional correspondente de origem do profissional, para os cargos que exigem o registro ou inscrição na entidade profissional competente;

- 6.4.1.2. Se o registro no Conselho correspondente de origem for de outro Estado deverá ser solicitada a transferência/autorização para o Conselho no Estado da Bahia;





Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS

6.4.1.3. A comprovação de qualquer exigência da transferência/autorização/registor para o devido exercício da profissão no Estado da Bahia, deverá ser apresentado e seu respectivo Certificado de Regularidade como condição para a assinatura de Contrato com o Município de Cocos.

6.4.1.4. **Alvará ou Licença da Vigilância Sanitária** expedida pela autoridade sanitária local ou do estado da Bahia, salvo se os atendimentos forem realizados nas Unidades de Saúde do Município de Cocos-BA.

6.4.1.5. Para as vagas que exigem a especialização, o credenciante deverá apresentar a comprovação da mesma.

6.4.2. Se PESSOA FÍSICA:

6.4.2.1. Cópia da Carteira Profissional do Conselho Regional correspondente de origem do profissional, para os cargos que exigem o registro ou inscrição na entidade profissional competente;

6.4.2.2. Se o registro no Conselho correspondente de origem for de outro Estado deverá ser solicitada a transferência/autorização para o Conselho no Estado da Bahia;

6.4.2.3. A comprovação de qualquer exigência da transferência/autorização/registor para o devido exercício da profissão no Estado da Bahia deverá ser apresentada e seu respectivo Certificado de Regularidade como condição para a assinatura de Contrato com o Município de Cocos.

6.4.2.4. Para as vagas que exigem a especialização, o credenciante deverá apresentar a comprovação da mesma.

6.5. Documentos Complementares para as Pessoas Jurídicas e/ou Pessoas Físicas são exigidos por serem imprescindíveis à habilitação de qualquer dos interessados:

6.5.1. **Declaração do Credenciante** de que não possui em seu quadro de pessoal empregado com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal; *(Obrigatório para Pessoa Jurídica)*

6.5.2. **Declaração de Idoneidade**; *(Obrigatória para Pessoa Física e Jurídica)*

6.5.3. **Declaração de Fato** Superveniente de Habilitação; *(Obrigatória para Pessoa Física e Jurídica)*

6.5.4. **Declaração de Cumprimento** dos Requisitos de Habilitação; *(Obrigatória para Pessoa Física e Jurídica)*

6.5.5. **Declaração de Microempresa** ou Empresa Pequeno Porte; *(Obrigatória para Pessoa Jurídica)*

6.5.6. **Declaração de Trabalho** Forçado e Degradante. *(Obrigatória para Pessoa Física e Jurídica)*

6.6. Os interessados que preencherem os requisitos acima, no que lhes for aplicável, serão considerados aptos para o Credenciamento.

6.7. As pessoas físicas ou pessoas jurídicas por intermédio de seus Profissionais de Saúde serão





Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS

credenciadas nas respectivas especialidades comprovadas e pretendidas.

7. DOS RECURSOS ORÇAMENTARIOS

7.1. Os recursos orçamentários previstos para os pagamentos das obrigações decorrentes deste Edital serão os seguintes:

02.05.000 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.122.030.2032 – Gestão das Ações do Fundo Municipal de Saúde

3.3.9.0.36.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física

3.3.9.0.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

15001002 – Fonte

10.302.032.2075 – Gestão de Ações da Atenção Especializada - MAC

3.3.9.0.36.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física

3.3.9.0.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

15001002, 16000000 – Fontes

10.301.030.2030 – Gestão das Ações de Equipes de Saúde da Família - ESF

3.3.9.0.36.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física

3.3.9.0.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

15001002, 16000000 – Fontes

02.07.000 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

02.244.026.2235 – Bloco da Proteção Social Básica

3.3.9.0.36.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física

3.3.9.0.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

15000000, 16610000, 1660000 - Fontes

7.2. Para os exercícios subsequentes serão utilizados os orçamentos previamente aprovados para cada exercício financeiro.

8. DO CONTRATO E SUAS ALTERAÇÕES

8.1. Os habilitados serão convocados no prazo máximo até 30 (trinta) dias, contados da data de apresentação das Cartas-Proposta e Requerimentos de Credenciamento e demais documentos para assinarem os respectivos contratos, em obediência às prescrições do art. 64 da Lei n.º 8.666/1993.

8.2. O Credenciante poderá, até a assinatura do contrato, inabilitar a Pessoa Jurídica por despacho fundamentado, se tiver informação abalizada de qualquer fato ou circunstância, anterior ou posterior à fase de habilitação, que desabone a qualificação técnica, habilitação jurídica ou regularidade fiscal daquela entidade ou prestador do serviço.

8.3. Na hipótese do credenciado se recusar a assinar o contrato, a Comissão Permanente de Licitação fará o descredenciamento e a Secretaria demandante repassará as cotas dos serviços, que foi destinada ao referido contrato, para os demais.

8.4. A Administração poderá revogar o Credenciamento por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta.

Rua Presidente Juscelino, nº 115, Centro, Cocos, Bahia, CEP 47.680-00011

CNPJ n.º 14.222.012/0001-75

Telefone: (77) 3489.1041





Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS

- 8.4.1. A revogação será precedida de procedimento administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e formalizada mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.
- 8.5. O credenciamento será formalizado por intermédio de instrumento contratual, presentes as cláusulas necessárias estabelecidas no art. 55 da Lei n.º 8.666/1993.
- 8.6. O contrato terá vigência inicial de 12 (doze) meses independentemente da data em que for celebrado, podendo ser prorrogado por igual período, por tratar-se de serviços contínuos.
- 8.7. Os Credenciados darão início aos serviços a partir da data de assinatura do contrato, caso posterior a aquele termo.
- 8.8. Os contratos poderão ser alterados, com a devida motivação, nos casos previstos no art. 65 da Lei n.º 8.666/1993.
- 8.9. Os contratos poderão ser prorrogados, até o limite de 60 (sessenta) meses, nos termos do art. 57, II, da Lei n.º 8.666/1993, por tratar-se de serviços contínuos, caso permaneçam presentes as condições que as emanaram em caráter complementar.
- 8.10. Decorridos 12 (doze) meses da data da assinatura do contrato, o seu valor poderá ser reajustado, alcançando a data de formulação da proposta e aplicando-se o índice IPCA/IBGE acumulado no período, a requerimento da CONTRATADA e caso se verifique hipótese legal que autorize o reajustamento.
- 8.11. O Credenciante providenciará a publicação resumida do instrumento de contrato ou de seus aditamentos, na imprensa oficial, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, qualquer que seja o seu valor, ressalvado o disposto no art. 26 da Lei n.º 8.666/1993.

9. DO REGIME DE EXECUÇÃO

- 9.1. As condições de execução dos serviços constam dos contratos, observadas as regras gerais consignadas no instrumento convocatório.
- 9.2. Os pacientes e os usuários do Município de Cocos para atendimento ambulatorial ou quaisquer outros serão encaminhados por meio de Autorização para Atendimento, Guia de Encaminhamento ou similar e serão identificados com seus documentos pessoais, seguinte forma:
- 9.2.1. Os pacientes ou usuários e seus dependentes, para **atendimento médico**, deverão apresentar o Cartão do SUS juntamente com a Carteira de Identidade ou outro documento de identificação pessoal para atendimentos pela Secretaria Municipal de Saúde;
- 9.2.2. Cartão de vacinação, devidamente atualizado.
- 9.2.3. Autorização para Atendimento a ser fornecida pela Secretaria Municipal de Saúde, exceção para os casos de emergência médica.
- 9.3. O Credenciado será responsável pelos encargos trabalhistas, fiscais, previdenciários e comerciais resultantes da execução do contrato.
- 9.4. Qualquer material, equipamento, dieta e outro produto ou medicamento utilizado no atendimento ao paciente, inclusive sangue e seus componentes, será providenciado, cobertos estes





Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS

custos por conta da Municipalidade, desde que os pacientes sejam atendidos nas unidades de saúde do Município de Cocos-Ba, com observância das regras postas neste Edital, em seus anexos e no contrato.

9.5. O Credenciado deverá considerar o prazo em média de 30 (trinta) dias para os casos de Retorno de Consultas ambulatoriais, salvo se houver necessidade.

10. DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

10.1. Os pagamentos pelos serviços prestados pelo Credenciado serão efetuados mensalmente, levando-se em conta os serviços efetivamente realizados aos pacientes e usuários e ao Município em cada mês, em conformidade com a Tabela de Preços contida neste edital;

10.2. O pagamento somente será efetuado mediante apresentação de documento fiscal idôneo, juntamente com a frequência/medição enviada pela Secretaria Municipal demandante, comprovando a execução/prestação dos referidos serviços.

10.3. Quando for solicitado deverá entregar os documentos referentes ao faturamento mensal, segundo datas estipuladas abaixo:

10.3.1. Entrega da produção/relatório final no último dia útil do mês, e após a conferência deverá ser entregue a Nota Fiscal de Prestação de Serviço, desde que liberado pela Secretaria demandante ou pela Controladoria Municipal.

10.3.2. Seguir os critérios adotados para apresentação da produção, bem como as recomendações relativas à avaliação dos Serviços e Auditoria e Supervisão in loco definidos pela Secretaria demandante.

10.4. Toda situação anormal, que impossibilite ou prejudique o pagamento das despesas, será imediatamente informada ao Credenciado.

10.5. Sobre o valor devido ao Credenciado, a Administração efetuará a retenção do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ ou Imposto sobre a Renda da Pessoa Física - IRRF e a retenção do Instituto Nacional da Seguridade Social - INSS, quando couber.

10.6. Quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN será observado o disposto na Lei Complementar n.º 116/2003, e o Código Tributário de Cocos e legislação municipal aplicável.

10.7. O Credenciado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar n.º 123/2006 e alterações da Lei Complementar n.º 147/2014 e Lei Complementar n.º 155/2016, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação por meio de documento oficial de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

10.8. A Administração deduzirá do montante a ser pago os valores correspondentes às multas e/ou indenizações devidas por parte do Credenciado.

10.8.1. O desconto de qualquer valor no pagamento devido ao contratado será precedido de processo administrativo em que será garantido o contraditório e a ampla defesa, com os recursos e meios que lhes são inerentes, exceção para o constante no subitem seguinte:

10.8.2. A Administração deduzirá automaticamente ao final de cada período - mês do montante a ser pago os valores correspondentes aos atrasos ou faltas devidas por parte do Credenciado, as quais não foram previamente justificadas.





Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS

10.9. É vedado ao Credenciado cobrar diretamente de pacientes ou usuários qualquer importância a título de taxas, ressarcimentos, adicionais, extras, honorários ou serviços prestados, inclusive depósitos prévios, sob qualquer alegação.

10.10. Os valores recebíveis do Credenciado somente serão os constantes das Tabelas dispostas no edital, sendo os que foram opção e fazem parte do contrato em conformidade com os efetivamente prestados.

11. DO REAJUSTE

11.1. Os valores decorrentes da contratação serão fixos, podendo ser reajustado após o interregno de 12 meses, utilizando-se como referência o IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.

12. DAS OBRIGAÇÕES DO CREDENCIANTE

12.1. O Credenciante obriga-se a:

12.1.1. Efetuar o pagamento no tempo, lugar e forma estabelecidos no contrato;

12.1.2. Acompanhar as fases do processamento das despesas;

12.1.3. Receber provisoriamente os serviços, indicando local, data e horário;

12.1.4. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços prestados provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;

12.1.5. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;

12.1.6. Prestar as informações necessárias, com clareza, aos Profissionais Credenciados, para execução dos serviços.

12.1.7. Efetuar o pagamento no prazo previsto.

13. DAS OBRIGAÇÕES DOS CREDENCIADOS

13.1. O Credenciado obriga-se a:

13.1.1. Indicar formalmente à Administração os prepostos e/ou responsáveis pela prestação dos serviços, objeto deste Edital;

13.1.2. Manter disponibilidade de mão de obra dentro dos padrões quantitativo e qualitativo suficientes para atender a demanda ordinária, bem como eventuais acréscimos solicitados pela Administração, respeitado as disposições da legislação trabalhista vigente;

13.1.3. Efetuar a reposição da mão de obra nos serviços, em caráter imediato, em eventual ausência de profissional;

13.1.4. Atender de imediato as solicitações relativas à substituição de mão de obra desqualificada ou entendida por parte da Administração como inadequada para a prestação dos serviços;

13.1.5. Instruir o seu preposto quanto à necessidade de acatar as orientações da Administração, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas e de Segurança e





Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS

Saúde Ocupacional;

13.1.6. Relatar à Administração toda e qualquer irregularidade nos serviços prestados;

13.1.7. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários e fiscais resultantes da execução do contrato, nos termos da legislação aplicável; e,

13.1.8. Manter, durante a execução do contrato, todas as condições exigidas para habilitação e qualificação no presente edital.

13.1.8.1. Nesse caso, é vedada a retenção de pagamento se o contratado não incorrer em qualquer inexecução do serviço;

13.1.8.2. A Administração poderá conceder um prazo para que a contratada regularize suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade da empresa de corrigir a situação.

13.1.9. A Contratada cabe além das obrigações nas legislações próprias de cada atividade médica, ou acessória ou profissional, devem obrigar-se ainda:

13.1.9.1. Efetuar a prestação dos serviços em perfeitas condições, no prazo e local indicado pela Administração, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente as os serviços prestados, conforme o caso;

13.1.9.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da prestação dos serviços, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26 do Código de Defesa do Consumidor - Lei n.º 8.078/1990;

13.1.9.3. O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, os serviços contidos no serviço executado com avarias ou defeitos;

13.1.9.4. Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração Municipal, inerentes ao objeto de cada contratação;

13.1.9.5. Comunicar à Administração, no prazo máximo de 02 (duas) horas após a comunicação para execução dos serviços, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

13.1.9.6. Não transferir a terceiros integralmente, as obrigações assumidas, podendo subcontratar parcialmente para as prestações a que está obrigada nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato;

13.1.9.7. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

13.1.9.8. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, combustíveis, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.





Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS

- 13.1.9.9. Quando em serviço nas instalações do Município, manter o pessoal da empresa devidamente uniformizado ou com crachá de identificação, se estes não forem cedidos pelo Município, e em completas condições de postura e com proteção de segurança individual e coletiva;
- 13.1.9.10. Responder pelos danos causados diretamente ao Município ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato; com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 13.1.9.11. É expressamente vedado à Contratada ou a qualquer profissional a ela direta ou indiretamente ligado à cobrança e/ou recebimento dos procedimentos realizados aos pacientes ou usuários, ou à Prefeitura de qualquer adicional, taxa e/ou complementação não prevista(s) neste contrato, sob pena de rescisão unilateral do presente instrumento, sem prejuízo de outras sanções administrativas ou judiciais.
- 13.1.9.12. A Contratada deverá notificar a Prefeitura de qualquer modificação essencial de sua pessoa jurídica, inclusive da respectiva representação legal, mesmo em caráter transitório ou eventual e, notadamente, de qualquer alteração relevante no Estatuto, Contrato Social ou ato Constitutivo.
- 13.1.9.13. Os exames/atendimentos serão aferidos mensalmente, de acordo com o número de requisições / autorizações emitidas pela Secretaria Municipal de Saúde e atendidas pelo Credenciado, como comprovação da realização dos serviços prestados em cada competência.
- 13.1.9.14. A pessoa física ou pessoa jurídica deverá dispor de recursos humanos para a realização dos procedimentos/atendimentos;

14. DA FISCALIZAÇÃO

14.1. O Município de Cocos poderá fiscalizar como lhe convier e no seu exclusivo interesse, o exato cumprimento deste contrato, inclusive verificando a procedência dos procedimentos declarados com a efetiva realização dos serviços contratados, e a observância aos termos deste instrumento e seus anexos.

14.2. O direito de fiscalizar a prestação dos serviços oferecida aos pacientes e usuários garantido nesta Cláusula, se estende aos membros do Conselho Municipal de Saúde e Conselho Municipal de Assistência Social, nos termos em que dispuser Resolução específica desse Colegiado.

14.3. A Contratada proporcionará todas as facilidades necessárias ao pessoal que o Município designar para exercer ação fiscalizadora que lhe é facultada. Iguais facilidades serão proporcionadas ao membro do Conselho Municipal de Saúde ou membro do Conselho Municipal de Assistência Social.

14.4. O Município de Cocos-BA reserva-se o direito de exercer controle sobre o movimento dos atendimentos objetivando evitar que as despesas resultantes ultrapassem os limites orçamentários, ou que ocorra demora na liberação do(s) pagamento(s) da(s) fatura(s) da Contratada que tenha(m) sido aprovada(s).

14.5. O Município se reserva o direito de, a qualquer tempo, e a seu exclusivo critério, avocar para si a prestação da assistência ao paciente.

Rua Presidente Juscelino, nº 115, Centro, Cocos, Bahia, CEP 47.680-00016

CNPJ n.º 14.222.012/0001-75

Telefone: (77) 3489.1041





Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS**15. DAS SANÇÕES**

15.1. O descumprimento, parcial ou total, de qualquer das cláusulas contidas no presente contrato sujeitará a CONTRATADA às sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666/1993, garantida a prévia e ampla defesa em processo administrativo.

15.2. Comete infração administrativa, nos termos da Lei n.º 8.666/1993, a Contratada que, no decorrer da contratação:

15.2.1. Inexecutar total ou parcialmente o contrato;

15.2.2. Apresentar documentação falsa;

15.2.3. Comportar-se de modo inidôneo;

15.2.4. Cometer fraude fiscal;

15.2.5. Descumprir qualquer dos deveres elencados no Edital ou no Contrato.

15.3. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

15.3.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

15.3.2. Multa:

15.3.2.1. Moratória de até 10% (dez por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da contratação, até o limite de 30 (trinta) dias;

15.3.2.2. Compensatória de até 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total ou parcial da obrigação assumida, podendo ser cumulada com a multa moratória, desde que o valor cumulado das penalidades não supere o valor total do contrato;

15.3.2.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o Município de Cocos, pelo prazo de até dois anos;

15.3.2.4. Tal penalidade pode implicar suspensão de licitar e impedimento de contratar com qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, seja na esfera federal, estadual, do Distrito Federal ou municipal, conforme Parecer n.º 87/2011/DECOR/CGU/AGU e Nota n.º 205/2011/DECOR/CGU/AGU e Acórdãos n.º 2.218/2011 e n.º 3.757/2011, da 1ª Câmara do TCU;

15.3.2.5. Impedimento de licitar e contratar com o Município e descredenciamento no CRC pelo prazo de até cinco anos;

15.3.2.6. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos causados.

15.4. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

15.5. Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar e





Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS

de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta licitação:

15.5.1. tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;

15.5.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

15.5.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

15.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei n.º 8.666/1993.

15.7. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

15.8. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do Município, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa do Município e cobrados judicialmente.

15.8.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

15.9. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Certificado de Registro Cadastral - CRC.

15.10. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

15.11. As infrações e sanções relativas a atos praticados no decorrer da licitação estão previstas no Edital.

16. DA RESCISÃO

16.1. Os contratos poderão ser rescindidos nos casos de inexecução total ou parcial, na incidência dos motivos citados no art. 78 da Lei n.º 8.666/1993, conforme abaixo descrito:

16.1.1. Determinado por ato unilateral e motivado da Administração, nos seguintes casos:

16.1.1.1. Não cumprimento ou cumprimento irregular dos prazos, cláusulas e serviços contratados;

16.1.1.2. Interrupção dos trabalhos por parte do Credenciado, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;

16.1.1.3. Atraso injustificado no início dos serviços;

16.1.1.4. A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do Credenciado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas neste edital e no contrato;

16.1.1.5. Não atendimento das determinações regulares emanadas da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a execução deste instrumento, assim como das





Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS

de seus superiores;

16.1.1.6. Cometimento reiterado de faltas na execução dos serviços, anotadas na forma do §1º do art. 67, da Lei n.º 8.666/1993;

16.1.1.7. A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil, bem como a dissolução da sociedade ou o falecimento do Credenciado;

16.1.1.8. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da pessoa jurídica, que prejudique a execução do contrato;

16.1.1.9. Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;

16.1.1.10. Ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovado, impeditivo da execução do contrato; e,

16.1.1.11. Descumprimento do disposto no inciso V do art. 27 da Lei n.º 8.666/1993, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

16.1.2. Por acordo entre as partes, reduzida a termo no procedimento de credenciamento, desde que haja conveniência para a Administração e não prejudique a saúde dos beneficiários, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

16.1.2.1. Estando em processo de apuração de irregularidades na prestação de seus serviços, o Credenciado não poderá solicitar a rescisão, enquanto não concluído o processo de apuração.

16.1.3. Por rescisão judicial promovida por parte do Credenciado, se a Administração incidir em quaisquer das seguintes hipóteses:

16.1.3.1. A supressão, por parte da Administração de serviços, acarretando modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no §1º do art. 65 da Lei n.º 8.666/1993;

16.1.3.2. A suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao credenciado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação; e,

16.1.3.3. O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração decorrentes de serviços, ou parcelas destes, recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao credenciado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação.

16.2. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, observado o devido processo legal.





Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS

16.3. O Município de Cocos poderá, no curso de processo de apuração das hipóteses de rescisão administrativa, interromper temporariamente a execução dos serviços.

16.4. Quando a rescisão ocorrer com base nos subitens 16.1.1.9, 16.1.1.10 e 16.1.3, sem que haja culpa do Credenciado, será este ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados, tendo direito a:

16.4.1. Pagamentos devidos pela execução do contrato até a data da rescisão;

16.4.2. Pagamento do custo da desmobilização.

16.5. A rescisão unilateral por ato da Administração acarreta as seguintes consequências, sem prejuízo das sanções previstas neste contrato:

16.5.1. Execução da garantia contratual, para ressarcimento da Administração, e dos valores das multas e indenizações a ela devidos;

16.5.2. Retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração.

16.6. É permitido à Administração, no caso de recuperação judicial do Credenciado, manter o ajuste, podendo assumir o controle de determinadas atividades de serviços essenciais.

16.7. Em caso de rescisão, os tratamentos em curso deverão ser concluídos por parte do Credenciado, salvo nos casos de expressa manifestação técnica ou administrativa do Credenciante.

16.8. A rescisão não eximirá o Credenciado das garantias assumidas em relação aos serviços executados e de outras responsabilidades que legalmente lhe possam ser imputadas.

17. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

17.1. Dos atos da Administração referentes ao indeferimento dos pedidos de credenciamento e demais procedimentos previstos neste Edital caberão recursos administrativos na forma e nos prazos previstos no art. 109 da Lei n.º 8.666/1993.

17.1.1. O recurso será formalizado em processo administrativo, observado o devido processo legal.

17.2. Os recursos deverão ser protocolados na Prefeitura Municipal de Cocos - Bahia, situada à Rua Presidente Juscelino, nº 115, Centro, Cocos, Bahia, CEP 47.680-000.

18. DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL E PEDIDO DE INFORMAÇÕES

18.1. Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar o presente edital até 05 (cinco) dias úteis após a data da publicação do Aviso de Credenciamento no Diário Oficial dos Municípios - DOM, no Diário Oficial da União - DOU e Jornal de Grande Circulação no Estado de Bahia.

18.2. Os pedidos de impugnação deverão ser protocolados na sede da Prefeitura Municipal de Cocos - Bahia, situada na Rua Presidente Juscelino, nº 115, centro, Cocos-BA.

18.3. Caberá à Comissão Permanente de Licitação julgar e responder à impugnação em até 02 (dois) dias úteis.

18.4. Os pedidos de informações poderão ser encaminhados ao setor de licitação da Prefeitura Municipal de Cocos - Bahia, no mesmo endereço citado no item 18.2 deste edital.





Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS

19. DA REVOGAÇÃO

19.1. A Administração poderá revogar o Credenciamento por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta.

19.2. A revogação será precedida de procedimento administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e formalizada mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

20. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

20.1. A qualquer tempo o Credenciante, assistido por terceiros contratados para tal fim, poderá realizar inspeção nas instalações dos Credenciados para verificação das condições de atendimento, higiene e capacidade técnico-operativa.

20.2. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do interessado, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.

20.3. É facultada a autoridade competente, em qualquer fase do procedimento, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, inclusive com a fixação de prazo de resposta.

20.4. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

20.5. Os prazos somente se iniciam e vencem em dias de expediente no Município de Cocos - Bahia.

20.6. Os casos omissos serão resolvidos com base nas disposições constantes da Lei n.º 8.666/1993 e nas demais Leis, Decretos, Portarias e Instruções Normativas a que este instrumento de convocação se encontra subordinado.

21. DO FORO

20.7. O foro para dirimir questões relativas ao presente Edital será da Comarca de Cocos - Bahia com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Cocos-Ba, 06 de julho de 2023.

Marcelo de Souza Emerenciano
Prefeito Municipal





Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

Credenciamento para contratação de pessoas jurídicas ou físicas para prestação de serviços médicos generalistas em regime ambulatorial, serviços médicos especializados em psiquiatria, serviços médicos especializados em ginecologia, bem como credenciamento de serviços profissionais Enfermeiro, Psicólogo, Fisioterapeuta e Assistente Social, para atendimento, em caráter complementar, conforme Anexo I do edital.

1. DO OBJETO

1.1. O Município de Cocos por intermédio do instituto do credenciamento para contratação de pessoas jurídicas ou físicas para prestação de serviços médicos generalistas em regime ambulatorial, serviços médicos especializados em psiquiatria, serviços médicos especializados em ginecologia, bem como credenciamento de serviços profissionais Enfermeiro, Psicólogo, Fisioterapeuta e Assistente Social, para atendimento, em caráter complementar, conforme Anexo I do edital.

1.2. A contratação de todos aqueles que preencherem os requisitos determinados no instrumento convocatório para atendimento as demandas e necessidades de profissionais no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde e Secretaria Municipal de Assistência Social, os quais considerados de interesse público, conforme descrição abaixo:

2. ITEM 1 - MÉDICO GENERALISTA							
ITEM	DESCRIÇÃO	VAGAS	UNID.	Quant. Estimada (Mês)	V. UNIT.	Valor Estimado Mensal R\$	Valor Total Estimado R\$ (12 meses)
1.1	Médico Generalista com atendimento em regime ambulatorial, na sede e zona rural do Município de Cocos - Bahia.	1	Mês	1	R\$ 12.050,00	R\$ 12.050,00	R\$ 144.600,00
VALOR ESTIMADO (12 MESES)							R\$ 144.600,00
ITEM 2 – MÉDICO GENERALISTA (UBS)							
ITEM	DESCRIÇÃO	VAGAS	UNID.	Quant. Estimada (Mês)	V. UNIT.	Valor Estimado Mensal R\$	Valor Total Estimado R\$ (12 meses)
2.1	Médico Generalista com atendimento ambulatorial na Unidade Básica Juarez Nunes de Oliveira, em regime ambulatorio 40 horas semanais no Bairro Vila Sorriso, sede do Município de Cocos-BA	1	Mês	1	R\$ 12.050,00	R\$ 12.050,00	R\$ 144.600,00
VALOR ESTIMADO (12 MESES)							R\$ 144.600,00
ITEM 3 – MÉDICO PSIQUIATRA							
ITEM	DESCRIÇÃO	VAGAS	UNID.	Quant. Estimada (Atendimento /Mês)	V. UNIT.	Valor Estimado Mensal R\$	Valor Total Estimado R\$ (12 meses)
3.1	Médico Psiquiatra com atendimento em regime ambulatorial no Centro de Atenção Psicossocial - CAPS na sede do Município de Cocos - Bahia, sendo 05 atendimentos mensais.	1	Mês	05	R\$ 3.012,50	R\$ 15.062,50	R\$ 180.750,00
VALOR ESTIMADO (12 MESES)							R\$ 180.750,00
ITEM 4 - ENFERMEIRO							
ITEM	DESCRIÇÃO	VAGAS	UNID.	Quant. Estimada (Atendimento/ Mês)	V. UNIT.	Valor Estimado Mensal R\$	Valor Total Estimado R\$ (12 meses)
4.1	Médico Ginecologista com atendimento em ambulatorio, na sede do Município de Cocos - Bahia.	1	Consulta	120	R\$ 150,00	R\$ 18.000,00	R\$ 216.000,00
VALOR ESTIMADO (12 MESES)							R\$ 216.000,00

Rua Presidente Juscelino, nº 115, Centro, Cocos, Bahia, CEP 47.680-0002

CNPJ n.º 14.222.012/0001-75

Telefone: (77) 3489.1041





Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS

ITEM 5 - PSICÓLOGO							
ITEM	DESCRIÇÃO	VAGAS	UNID.	Quant. Estimada (Mês)	V. UNIT.	Valor Estimado Mensal R\$	Valor Total Estimado R\$ (12 meses)
5.1	Psicólogo, para atendimento em dias úteis, em regime de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, na sede do Município de Cocos – Bahia.	01	Mês	1	R\$ 2.500,00	R\$ 2.500,00	R\$ 30.000,00
VALOR ESTIMADO (12 MESES)							R\$ 30.000,00
ITEM 6 - FISIOTERAPEUTA							
ITEM	DESCRIÇÃO	VAGAS	UNID.	Quant. Estimada (Mês)	V. UNIT.	Valor Estimado Mensal R\$	Valor Total Estimado R\$ (12 meses)
6.1	Fisioterapeuta para atendimento em dias úteis, em regime de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde na sede do Município de Cocos - Bahia.	1	Mês	1	R\$ 1.875,00	R\$ 1.875,00	R\$ 22.500,00
VALOR ESTIMADO (12 MESES)							R\$ 22.500,00
ITEM 7 - ENFERMEIRO							
ITEM	DESCRIÇÃO	VAGAS	UNID.	Quant. Estimada (Mês)	V. UNIT.	Valor Estimado Mensal R\$	Valor Total Estimado R\$ (12 meses)
7.1	Enfermeiro, para atendimento em regime de plantão, em regime de 40 horas semanais, no Hospital Municipal São Sebastião, na sede do Município de Cocos - Bahia.	02	Mês	02	R\$ 2.757,30	R\$ 5.514,60	R\$ 66.175,20
VALOR ESTIMADO (12 MESES)							R\$ 66.175,20
ITEM 8 – ASSISTENTE SOCIAL							
ITEM	DESCRIÇÃO	VAGAS	UNID.	Quant. Estimada (Mês)	V. UNIT.	Valor Estimado Mensal R\$	Valor Total Estimado R\$ (12 meses)
8.1	Assistente Social, para atendimento em dias úteis, em regime de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, na sede do Município de Cocos – Bahia.	1	Mês	1	R\$ 1.874,96	R\$ 1.874,96	R\$ 22.499,52
VALOR ESTIMADO (12 MESES)							R\$ 22.499,52
ITEM 9 – ASSISTENTE SOCIAL (SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL)							
ITEM	DESCRIÇÃO	VAGAS	UNID.	Quant. Estimada (Mês)	V. UNIT.	Valor Estimado Mensal R\$	Valor Total Estimado R\$ (12 meses)
9.1	Assistente Social, para atendimento em dias úteis, em regime de 30 horas semanais, no CRAS, na sede do Município de Cocos – Bahia.	1	Mês	1	R\$ 1.874,96	R\$ 1.874,96	R\$ 22.499,52
VALOR ESTIMADO (12 MESES)							R\$ 22.499,52

2. JUSTIFICATIVA

2.1. O processo de Credenciamento justifica-se pela necessidade imprescindível de prover a Secretaria Municipal de Saúde e a Secretaria Municipal de Assistência Social, as quais são responsáveis em dispor dos profissionais para a execução complementar de serviços de saúde e assistência social, conforme legislação pertinente.

2.2. As contratações realizadas por intermédio de pessoas físicas ou pessoas jurídicas do ramo de atividade que cumpra com as exigências editalícias e realizem a adesão ao Credenciamento sob o





Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE CÔCOS

valor pré-determinado deverá ser efetivada pela Administração.

2.3. O instituto do credenciamento trata-se de um procedimento administrativo que visa à contratação de prestadores de serviços mediante requisitos previamente estabelecidos no instrumento convocatório, ocorrendo assim uma pluralidade de contratados simultaneamente e nas mesmas condições sem qualquer possibilidade de concorrência.

2.4. Embora não esteja expressamente disposto na Lei n.º 8.666/1993 que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, o sistema de credenciamento é o mecanismo que permite a Administração Pública a aplicabilidade do caput do art. 25 desta lei, sendo admitido pela doutrina e pela jurisprudência como hipótese de inexigibilidade, porquanto a inviabilidade de competição configura-se pelo fato da Administração Municipal se dispor a contratar todos os que tiverem interesse e que satisfaçam as condições pré-estabelecidas, não havendo, portanto, relação de exclusão e muito menos de competitividade.

2.5. A utilização do processo de Credenciamento culminará com deflagrações de processos de Inexigibilidade de Licitação para cada pessoa jurídica ou pessoa física Credenciante e que realizar todos os procedimentos de adesão. O Credenciamento de profissionais ora relacionados está alicerçado nas recomendações advindo principalmente do próprio Tribunal de Contas da União - TCU, em sintonia, por exemplo, com a decisão proferida no Processo n.º TC 008.797/93-5, sessão: 09/12/2003, conforme segue:

“Ante o previsto no caput do art. 25 da Lei n.º 8.666/1993, de 21/06/1993, e por exigir um grau de subjetividade bastante razoável, com referência à fixação dos critérios para julgamento da licitação, caso viesse a ser implementada pelos motivos aventados, propomos, por tudo isso, o credenciamento, com inexigibilidade de processo licitatório, uma vez que a norma legal dá ensejo ao abrigo de tal propositura, dada a impossibilidade prática de estabelecer-se o confronto entre licitantes, no mesmo nível de igualdade”.

2.6. O processo de credenciamento que culmina com a inexigibilidade de licitação, por inviabilidade de competição, quando, em razão da natureza do serviço a ser prestado e da impossibilidade prática de se estabelecer o confronto entre os interessados, no mesmo nível de igualdade, certas necessidades da Administração possam ser melhores atendidas mediante a contratação do maior número possível de prestadores de serviço, hipótese em que a Administração procederá ao credenciamento de todos os interessados que atendam às condições estabelecidas em regulamento.

2.7. A necessidade imprescindível da Administração Municipal de Cocos por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde e Secretaria Municipal de Assistência Social, na realização de contratações de profissionais especializados está basicamente assegurada pela garantia da igualdade de condições entre todos os interessados hábeis a contratar com a Administração Municipal e pelos preços previamente definidos e uniformes para qualquer Credenciado.

3. DO PROCEDIMENTO

4.1. Os documentos que integram os autos do credenciamento deverão ser apresentados pelos proponentes no original, cópia autenticada ou cópia simples acompanhada do original, para que possam ser autenticados, podendo, a critério da Comissão Permanente de Licitação, proceder-se à verificação de autenticidade através da internet relativamente à documentação disponibilizada em sites oficiais, quando disponível.

4.2. Cada proponente poderá credenciar apenas um representante, ficando este adstrito a apenas





Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE CÔCOS

uma representação.

4.3. Para a habilitação dos interessados no credenciamento, exigir-se-ão, exclusivamente, os documentos mencionados neste edital, os quais deverão estar dispostos ordenadamente, lacrados, indevassados, os quais deverão estar rubricados pelo representante legal, ou por seu mandatário, devendo ser identificados no anverso apessoa física ou jurídica, o órgão credenciante, o número do credenciamento, o número do processo administrativo, o objeto do procedimento, além da expressão “Habilitação ao Credenciamento”.

4.4. Os pedidos de credenciamento, instruídos com a documentação pertinente, deverão ser protocolados conforme disposto neste edital, admitindo-se, também, o encaminhamento por via postal, mediante aviso de recebimento.

4.5. A Comissão Permanente de Licitação poderá, a qualquer tempo, verificar a autenticidade dos documentos e a veracidade das informações prestadas por atestados, certidões e declarações, bem como solicitar outros documentos que julgar necessários para a avaliação da documentação apresentada, esclarecimentos quanto aos dados apresentados e/ou informações adicionais, visando à perfeita compreensão do pleito e seu enquadramento, assinalando prazo para o interessado complementar a instrução processual, se for o caso.

4.6. A Comissão Permanente de Licitação concluirá pela aptidão ou inaptidão do interessado, mediante parecer circunstanciado individualizado por proponente, o qual será submetido à consideração da autoridade superior, que emitirá o ato de deferimento ou indeferimento do pedido, conforme o caso.

4.7. Será indeferido o pedido de credenciamento do interessado que deixar de apresentar documentação ou informação exigida, que apresentá-la incompleta ou em desacordo com as disposições deste edital, facultando-se ao proponente, a qualquer tempo, a formulação de uma nova solicitação de credenciamento.

4.8. Serão credenciados todos os interessados que preencham os requisitos estabelecidos.

4.9. Os resultados dos julgamentos dos pedidos de credenciamento serão publicados no Diário Oficial do Município de Cocos – DOM, no endereço eletrônico: http://cocos.ba.gov.br/diario_oficial.

4. ATRIBUIÇÕES DOS PROFISSIONAIS

5.1. As pessoas físicas ou jurídicas contratadas terão por objetivo prestar os serviços, objeto deste credenciamento, para atendimento as demandas da Secretaria de Saúde e Secretaria Municipal de Assistência Social do Município de Cocos, envolvendo suas especialidades compreendendo dentre as pertinentes ao exercício da profissão e com integrante das equipes, cabendo também as seguintes atividades:

5.1.1. MÉDICO GENERALISTA - trata-se de serviços privativos em medicina em conformidade com a Lei n.º 12.842, de 10 de julho de 2013, que dispõe sobre a regulamentação do exercício da medicina, e tem como atribuições essenciais:

5.1.1.1. Cabe ao médico generalista:

- a) Indicação e execução da intervenção cirúrgica e prescrição dos cuidados médicos pré e pós-operatórios;





Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS

- b) Indicação da execução e execução de procedimentos invasivos, sejam diagnósticos, terapêuticos ou estéticos, incluindo os acessos vasculares profundos, as biópsias e as endoscopias;
- c) Emissão de laudo dos exames endoscópicos e de imagem, dos procedimentos diagnósticos invasivos e dos exames anatomopatológicos;
- d) Determinação do prognóstico relativo ao diagnóstico nosológico;
- e) Indicação de internação e alta médica nos serviços de atenção à saúde;
- f) Realização de perícia médica e exames médico-legais, excetuados os exames laboratoriais de análises clínicas, toxicológicas, genéticas e de biologia molecular;
- g) Atestação médica de condições de saúde, doenças e possíveis sequelas;

Além das atribuições acima dispostas por conta de texto legal, o generalista possui algumas outras funções tais como:

- a) Aplicar os conhecimentos da medicina na prevenção e diagnóstico das doenças do corpo humano;
- b) Efetuar exames médicos, avaliando o estado geral em que o paciente se encontra e emite diagnóstico com a respectiva prescrição de medicamentos e/ou solicita exames, visando a promoção da saúde e bem estar da população;
- c) Receber e examinar os pacientes, auscultando, apalpando ou utilizando instrumentos especiais, para determinar o diagnóstico ou conforme necessidades requisitar exames complementares ou encaminhar o paciente para outra especialidade médica; analisa e interpreta resultados de exames diversos, tais como de laboratório, Raio X e outros, para informar ou confirmar o diagnóstico;
- d) Prescrever medicamentos, indicando a dosagem e respectiva via de administração dos mesmos; presta orientações aos pacientes sobre meios e atitudes para restabelecer ou conservar a saúde;
- e) Anotar e registrar em fichas específicas, o devido registro dos pacientes examinados, anotando conclusões diagnósticas, evolução da enfermidade e meios de tratamento, para dar a orientação terapêutica adequada a cada caso;
- f) Atender determinações legais, emitindo atestados, conforme a necessidade de cada caso;
- g) Participar de inquéritos sanitários, levantamentos de doenças profissionais, lesões traumáticas e estudos epidemiológicos, elaborando e/ou preenchendo formulários próprios e estudando os dados estatísticos, para estabelecer medidas destinadas a reduzir a morbidade e mortalidade decorrentes de acidentes de trabalho, doenças profissionais e doenças de natureza não-ocupacionais;
- h) Participar de programas de vacinação, orientando a seleção da população e o tipo de vacina a ser aplicada, para prevenir moléstias transmissíveis;
- i) Colaborar na limpeza e organização do local de trabalho;
- j) Executar atribuições pertinentes às Unidades Básicas de Saúde.

5.1.2. ENFERMEIRO - trata-se de serviços privativos em enfermagem em conformidade com a Lei n.º 7.498/86, de 25 de junho de 1986, que Dispõe sobre a regulamentação do exercício de enfermagem e dá outras providências e tem como atribuições essenciais:

5.1.2.1. Cabe ao Enfermeiro:



Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS

- a) Desenvolver atividades pertinentes à enfermagem em postos de saúde do Município, conforme diretrizes traçadas pelo órgão competente;
- b) Proceder ao acompanhamento e avaliação do trabalho desenvolvido pelas auxiliares de saúde visando o adequado atendimento à população;
- c) Propor e desenvolver programas de treinamento de agentes de saúde, visando o desenvolvimento profissional dos servidores da área de saúde;
- d) Coordenar e acompanhar a realização de campanhas de saúde promovidas pelo Município ou por órgãos ligados à instância Federal;
- e) Propor e desenvolver programas de saúde pública de acordo com diretrizes adotadas pelo município;
- f) Manter a ética, autonomia, e responsabilidade técnica da equipe de enfermagem;
- g) Participar no que for pertinente para a contenção da grade de treinamentos e reciclagens para enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem;
- h) Colaborar com a limpeza e organização do local de trabalho;
- i) Executar outras atividades correlatas ao cargo e/ou determinadas pelo Município de Cocos.

5.1.3. PSICÓLOGO - trata-se de serviços privativos em psicologia em conformidade com a Lei nº 4.119, de 27 de agosto de 1962, que Dispõe sobre os cursos de formação em psicologia e regulamenta a profissão de psicólogo e tem como atribuições essenciais:

5.1.3.1. Cabe ao Psicólogo:

- a) Realizar atividades clínicas pertinentes a responsabilidade de cada profissional;
- b) Apoiar as Secretarias Municipais na abordagem e no processo de trabalho referente aos casos de transtornos mentais severos e persistentes, uso abusivo de álcool e outras drogas, pacientes egressos de internações psiquiátricas, pacientes atendidos, tentativas de suicídio, situações de violência intrafamiliar;
- c) Discutir com as Secretarias Municipais os casos identificados que necessitam de ampliação da clínica em relação a questões subjetivas;
- d) Criar, em conjunto com as Secretarias Municipais, estratégias para abordar problemas vinculados à violência e ao abuso de álcool, tabaco e outras drogas, visando à redução de danos e à melhoria da qualidade do cuidado dos grupos de maior vulnerabilidade;
- e) Evitar práticas que levem aos procedimentos psiquiátricos e medicamentos à psiquiatrização e à medicalização de situações individuais e sociais, comuns à vida cotidiana;
- f) Fomentar ações que visem à difusão de uma cultura de atenção não-manicomial, diminuindo o preconceito e a segregação em relação à loucura;
- g) Desenvolver ações de mobilização de recursos comunitários, buscando constituir espaços de reabilitação psicossocial na comunidade, como oficinas comunitárias, destacando a relevância da articulação intersetorial - conselhos tutelares, associações de bairro, grupos de auto-ajuda, etc;
- h) Priorizar as abordagens coletivas, identificando os grupos estratégicos para que a atenção em saúde mental se desenvolva nas unidades de saúde e em outros espaços na comunidade;
- i) Ampliar o vínculo com as famílias, tomando-as como parceiras no tratamento e buscando constituir redes de apoio e integração;
- j) Realizar psicodiagnóstico infantil e adulto;





Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS

- k) Realizar atendimento psicológico individual e em grupo;
- l) Manejar grupos de orientação e educação em saúde;
- m) Realizar atendimento familiar voltado à dinâmica dos relacionamentos e a interferência na saúde mental;
- n) Realizar atividades comunitárias;
- o) Realização de atividades interdisciplinares;
- p) Ter conhecimento da Reforma Psiquiátrica Brasileira;
- q) Colaborar com a limpeza e organização do local de trabalho;
- r) Executar outras atividades correlatas ao cargo e/ou determinadas pelo Município de Cocos.

5.1.4. FISIOTERAPEUTA - trata-se de serviços privativos em fisioterapia em conformidade com o Decreto Lei n.º 938, de 13 de outubro de 1969, que Provê sobre as profissões de Fisioterapeuta e Terapeuta Ocupacional, e dá outras providências e tem como atribuições essenciais:

5.1.4.1. Cabe ao Fisioterapeuta:

- a) Realizar diagnóstico, com levantamento dos problemas de saúde que requeiram ações de prevenção de deficiências e das necessidades em termo de reabilitação, na área adstrita às Unidades Básicas de Saúde;
- b) Desenvolver ações de promoção e proteção à saúde em conjunto com as UBS incluindo aspectos físicos e da comunicação, como consciência e cuidados com o corpo, postura, alimentação com vistas ao autocuidado;
- c) Desenvolver ações para subsidiar o trabalho das UBS no que diz respeito ao desenvolvimento infantil;
- d) Desenvolver ações conjuntas com as UBS visando ao acompanhamento das crianças que apresentam risco para alterações no desenvolvimento;
- e) Realizar ações para a prevenção de deficiências em todas as fases do ciclo de vida dos indivíduos;
- f) Acolher os usuários que requeiram cuidados de reabilitação, realizando orientações, atendimento acompanhamento, de acordo com a necessidade dos usuários e a capacidade instalada das UBS;
- g) Desenvolver ações de reabilitação, priorizando atendimentos coletivos;
- h) Realizar visitas domiciliares para orientações, adaptações e acompanhamentos;
- i) Capacitar, orientar e dar suporte as ações dos ACS;
- j) Realizar em conjunto com as UBS, discussões e condutas terapêuticas conjuntas e complementares;
- k) Desenvolver projetos e ações intersetoriais, para a inclusão e a melhoria da qualidade de vida das pessoas com deficiência;
- l) Orientar e informar as pessoas com deficiência, cuidadores e ACS sobre manuseio, posicionamento, atividades de vida diária, recursos e tecnologias de atenção para o desenvolvimento funcional frente às características específicas de cada indivíduo;
- m) Desenvolver ações de Reabilitação Baseada na Comunidade;
- n) RBC que pressuponham valorização do potencial da comunidade, concebendo todas as pessoas como agentes do processo de reabilitação e inclusão;
- o) Acolher, apoiar e orientar as famílias, principalmente no momento do diagnóstico, para o manejo das situações oriundas da deficiência de um dos seus componentes;





Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS

- p) Acompanhar o uso de equipamentos auxiliares e encaminhamentos quando necessário;
- q) Realizar encaminhamento e acompanhamento das indicações e concessões de órtese, próteses e atendimentos específicos realizados por outro nível de atenção à saúde;
- r) Realizar grupos de mães de crianças com problemas neurológicos: práticas de cuidados com a transferência, postura, estímulos e cuidados para o desenvolvimento da criança e orientações a mãe;
- s) Realizar grupos de mães de crianças com Infecção Respiratória Aguda - IRA;
- t) Estimular essencialmente crianças com atraso no desenvolvimento neuropsicomotor em creches, centros comunitários, treinamento das mães, acompanhamento domiciliar, diagnóstico precoce de alterações e ou disfunções neuro-físico-funcionais e encaminhamento para referência;
- u) Atuar em creches: ergonomia, avaliação postural, orientações posturais, adaptação de ambientes, educação em saúde, cinesioterapia para desenvolvimento psicomotor, estímulo a prática de atividade física;
- v) Orientar sobre higiene e saúde em geral;
- w) Realizar grupos de gestantes: orientações posturais, preparação para o parto fisiológico, cuidados, exercícios respiratórios, monitoramento da frequência cardíaca e pressão arterial, orientações de cuidados com o bebê e amamentação;
- x) Atuar no climatério: exercícios uroginecológicos na hipoestrogenia, acompanhamento e minimização dos sintomas, orientações a prática de exercícios controlada;
- y) Realizar grupos de posturas: orientações em empresas, cooperativas, trabalhadores domésticos sobre postura, melhor alinhamento da coluna vertebral, ergonomia, prática de exercícios direcionados, orientação quanto ao uso de equipamento de proteção individual, educação em saúde;
- z) Realizar grupos de pé em risco (Diabetes e Hanseníase): prevenção de incapacidades, avaliação, monitoramento, adaptação de calçados, orientação de cuidados, hidratação da pele e inspeção de úlceras de pressão, treinamento dos cuidadores, etc;
- aa) Avaliar a elegibilidade do lesionado para ser submetido ao tratamento proposto;
- bb) Fazer testes musculares, goniometria, perimetria, pesquisa de reflexos normais e patológicos, provas de esforços e sobrecarga para identificar a incapacidade do paciente;
- cc) Reavaliar o paciente para conotar recuperação, fazendo a integração médico/paciente através de sugestões, alterações na conduta de tratamento e encaminhamento para alta definitiva
- dd) Colaborar com a limpeza e organização do local de trabalho;
- ee) Executar outras atividades correlatas ao cargo e/ou determinadas pelo superior imediato.

5.1.5. GINECOLOGISTA OBSTETRA - tratar-se de **serviços de especialização** conforme Resolução n.º 2.149/2016 do Conselho Federal de Medicina, que aprova a relação de especialidades e áreas de atuação médicas aprovadas pela Comissão Mista de Especialidades, e tem como atribuições essenciais:

5.1.5.1. Cabe ao ginecologista:

- a) clinicar e medicar pacientes dentro de sua especialidade;





Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS

- b) assumir responsabilidades sobre os procedimentos médicos que indica ou do qual participa;
- c) responsabilizar-se por qualquer ato profissional que tenha praticado ou indicado, ainda que este tenha sido solicitado ou consentido pelo paciente ou seu representante legal;
- d) respeitar a ética médica;
- e) planejar e organizar qualificação, capacitação e treinamento dos técnicos e demais servidores lotados no órgão em que atua e demais campos da administração municipal;
- f) guardar sigilo das atividades inerentes as atribuições do cargo, levando ao conhecimento do superior hierárquico informações ou notícias de interesse do serviço público ou particular que possa interferir no regular andamento do serviço público;
- g) apresentação de relatórios semestrais das atividades para análise;
- h) executar outras tarefas da mesma natureza ou nível de complexidade associadas ao seu.
- i) aplicar os conhecimentos da medicina na prevenção e diagnóstico das doenças do corpo humano;
- j) efetuar exames médicos, avaliando o estado geral em que o paciente se encontra e emite diagnóstico com a respectiva prescrição de medicamentos e/ou solicita exames, visando a promoção da saúde e bem estar da população;
- k) receber e examina os pacientes de sua especialidade, auscultando, apalpando ou utilizando instrumentos especiais, para determinar o diagnóstico ou conforme necessidades requisitar exames complementares ou encaminhar o paciente para outra especialidade médica; analisa e interpreta resultados de exames diversos, tais como de laboratório, Raio X e outros, para informar ou confirmar o diagnóstico;
- l) prescrever medicamentos, indicando a dosagem e respectiva via de administração dos mesmos;
- m) presta orientações aos pacientes sobre meios e atitudes para restabelecer ou conservar a saúde;
- n) anotar e registrar em fichas específicas, o devido registro dos pacientes examinados, anotando conclusões diagnósticas, evolução da enfermidade e meios de tratamento, para dar a orientação terapêutica adequada a cada caso;
- o) atender determinações legais, emitindo atestados, conforme a necessidade de cada caso;
- p) participar de inquéritos sanitários, levantamentos de doenças profissionais, lesões traumáticas e estudos epidemiológicos, elaborando e/ou preenchendo formulários próprios e estudando os dados estatísticos, para estabelecer medidas destinadas a reduzir a morbidade e mortalidade decorrentes de acidentes de trabalho, doenças profissionais e doenças de natureza não-ocupacionais;
- q) atende urgências clínicas, cirúrgicas ou traumatológicas;
- r) colabora na limpeza e organização do local de trabalho;
- s) cumprir os Regulamentos, as Normas e Rotinas do Município de Cocos;
- t) cumprir as normas emanadas pelos Conselhos Federal e Regional de Medicina;
- u) executar outras atribuições afins.

5.1.6. ASSISTENTE SOCIAL - tratar-se de serviços privativos em assistência social em conformidade com a Lei n.º 8.662, de 7 de junho de 1993, que dispõe sobre a profissão de assistente social, e tem como atribuições essenciais:





Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS

5.1.6.1. Cabe ao Assistente Social:

- h) Realizar pesquisas para identificação das demandas e reconhecimento das situações de vida da população que subsidiem a formulação dos planos de Assistência Social;
- i) Formular e executar os programas, projetos, benefícios e serviços próprios da Assistência Social;
- j) Elaborar, executar e avaliar os planos municipais buscando interlocução com as diversas áreas e políticas públicas, com especial destaque para as políticas de Seguridade Social;
- k) Assessorar os movimentos sociais na perspectiva de identificação de demandas, fortalecimento do coletivo, formulação de estratégias para defesa e acesso aos direitos;
- l) Realizar visitas, perícias técnicas, laudos, informações e pareceres sobre acesso e implementação da política de Assistência Social;
- m) Realizar estudos sócio-econômicos para identificação de demandas e necessidades sociais;
- n) Fortalecer a execução direta dos serviços sócio assistenciais em sua área de abrangência;
- o) Realizar estudo e estabelecer cadastro atualizado de entidades e rede de atendimentos públicos e privados;
- p) Elaborar projetos coletivos e individuais de fortalecimento do protagonismo dos usuários;
- q) Acionar os sistemas de garantia de direitos, com vistas a mediar seu acesso pelos usuários;
- r) Identificar e analisar problemas e necessidades sociais e materiais de munícipes, viabilizando o devido encaminhamento;
- s) Colaborar com a limpeza e organização do local de trabalho;
- t) Executar outras atividades correlatas ao cargo e/ou determinadas pela Secretaria Municipal de Saúde do Município de Cocos.

6. AVALIAÇÃO DOS CUSTOS

6.1. Os valores para contratações dispostos neste Edital de Credenciamento foram elaborados com base nos valores praticados na região e no próprio Município nos últimos anos e através de pesquisas de preços praticados por prestadores de serviços, objeto de credenciamento.

6.2. Os valores determinados, os quais o Município se propõe a pagar por cada unidade de serviço prestada, baseiam principalmente na realidade e necessidade local e aos quais estão sendo praticados com vistas principalmente ao sucesso no Credenciamento dos profissionais que são extremamente escassos em nossa região interiorana. Os valores previamente estabelecidos são pontos determinantes para o Município de Cocos na obtenção ou não de adesões ao Credenciamento.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

5.1. A Contratante obriga-se a:

- 5.1.1. Receber provisoriamente os serviços, indicando local, data e horário;
- 5.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços prestados provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;





Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE CÓCOS

- 5.1.3. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;
- 5.1.4. Efetuar o pagamento no prazo previsto.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. A Contratada obriga-se a:

- 8.1.1.** Indicar formalmente à Administração os prepostos e/ou responsáveis pela prestação dos serviços, objeto deste Edital;
- 8.1.2.** Manter disponibilidade de mão de obra dentro dos padrões quantitativo e qualitativo suficientes para atender a demanda ordinária, bem como eventuais acréscimos solicitados pela Administração, respeitado as disposições da legislação trabalhista vigente;
- 8.1.3.** Efetuar a reposição da mão de obra nos serviços, em caráter imediato, em eventual ausência de profissional;
- 8.1.4.** Atender de imediato as solicitações relativas à substituição de mão de obra desqualificada ou entendida por parte da Administração como inadequada para a prestação dos serviços;
- 8.1.5.** Instruir o seu preposto quanto à necessidade de acatar as orientações da Administração, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas e de Segurança e Saúde Ocupacional;
- 8.1.6.** Relatar à Administração toda e qualquer irregularidade nos serviços prestados;
- 8.1.7.** Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários e fiscais resultantes da execução do contrato, nos termos da legislação aplicável; e,
- 8.1.8.** Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Credenciamento:
 - 8.1.8.1.** Nesse caso, é vedada a retenção de pagamento se o contratado não incorrer em qualquer inexecução do serviço;
 - 8.1.8.2.** A Administração poderá conceder um prazo para que a contratada regularize suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade de corrigir a situação.
- 8.1.9.** A Contratada cabe além das obrigações nas legislações próprias de cada atividade médica, devem obrigar-se ainda:
 - 8.1.9.1.** Efetuar a prestação dos serviços em perfeitas condições, no prazo e local indicado pela Administração, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente as os serviços prestados, conforme o caso;
 - 8.1.9.2.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da prestação dos serviços, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26 do Código de Defesa do Consumidor - Lei n.º 8.078/1990;
 - 8.1.9.3.** O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, os serviços contidos no serviço executado com avarias ou defeitos;





Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS

8.1.9.4. Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração Municipal, inerentes ao objeto de cada contratação;

8.1.9.5. Comunicar à Administração, no prazo máximo de 02 (duas) horas após a comunicação para execução dos serviços, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

8.1.9.6. Não transferir a terceiros integralmente, as obrigações assumidas, podendo subcontratar parcialmente para as prestações a que está obrigada nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato;

8.1.9.7. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

8.1.9.8. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, combustíveis, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

8.1.9.9. Quando em serviço nas instalações do Município, manter o pessoal da empresa devidamente uniformizado ou com crachá de identificação, se estes não forem cedidos pelo Município, e em completas condições de postura e com proteção de segurança individual e coletiva;

8.1.9.10. Responder pelos danos causados diretamente ao Município ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato; com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

8.1.9.11. É expressamente vedada à Contratada ou a qualquer profissional a cobrança e/ou recebimento dos procedimentos realizados aos pacientes, ou à Prefeitura de qualquer adicional, taxa e/ou complementação não prevista(s) neste contrato, sob pena de rescisão unilateral do presente instrumento, sem prejuízo de outras sanções administrativas ou judiciais.

8.1.9.12. A Contratada deverá notificar a Prefeitura de qualquer modificação essencial de sua pessoa jurídica, inclusive da respectiva representação legal, mesmo em caráter transitório ou eventual e, notadamente, de qualquer alteração relevante no Estatuto, Contrato Social ou ato Constitutivo.

9. MEDIDAS ACAUTELADORAS

7.1. Consoante o artigo 45 da Lei n.º 9.784/1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

8. CONTROLE DA EXECUÇÃO

10.1. A fiscalização da contratação será exercida por um representante da Secretaria demandante à qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Administração.





Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE CÔCOS

10.1.1. O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução do contrato.

10.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material/serviço inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei n.º 8.666/1993.

10.3. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

Marcelo de Souza Emerenciano
Prefeito Municipal





Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS**ANEXO II****REQUERIMENTO PARA CREDENCIAMENTO**

Credenciamento para contratação de pessoas jurídicas ou físicas para prestação de serviços médicos generalistas em regime ambulatorial, serviços médicos especializados em psiquiatria, serviços médicos especializados em ginecologia, bem como credenciamento de serviços profissionais Enfermeiro, Psicólogo, Fisioterapeuta e Assistente Social, para atendimento, em caráter complementar, conforme Anexo I do edital.

Ao**Município de Cocos****Comissão Permanente de Licitação**

Ref.: Credenciamento n.º 005-2023

REQUERIMENTO PARA CREDENCIAMENTO

Através do presente, a pessoa física/jurídica registrada sob a razão social _____, inscrita no CPF/CNPJ sob N.º _____, com sede na Rua _____, n.º _____, Bairro _____, Município de _____ (UF), CEP _____ vem solicitar credenciamento no(s) item(s) e subitem(ns) (especificar qual a especialidade), conforme constante tabela de valores/serviços do Edital de Credenciamento n.º 005-2023.

XXXXXXXXXXXXXXXX - UF, XX de XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX de 2023.

Assinatura do Representante Legal

Nome Completo

Cargo na Empresa / Representante

Razão Social da Empresa

CNPJ n.º.....

ATENÇÃO: O Credenciante deverá confeccionar este documento em papel timbrado próprio.

Rua Presidente Juscelino, n.º 115, Centro, Cocos, Bahia, CEP 47.680-00035

CNPJ n.º 14.222.012/0001-75

Telefone: (77) 3489.1041





Estado da Bahia
MUNICÍPIO DE COCOS

ANEXO III **DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE**

Credenciamento para contratação de pessoas jurídicas ou físicas para prestação de serviços médicos generalistas em regime ambulatorial, serviços médicos especializados em psiquiatria, serviços médicos especializados em ginecologia, bem como credenciamento de serviços profissionais Enfermeiro, Psicólogo, Fisioterapeuta e Assistente Social, para atendimento, em caráter complementar, conforme Anexo I do edital.

Ao
Município de Cocos
Comissão Permanente de Licitação

Ref.: Credenciamento nº 005-2023

**DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE PARA CREDENCIAMENTO DE
EMPRESA OU PROFISSIONAL**

Através do presente, a pessoa física/jurídica registrada sob a razão social _____, inscrita no CPF/CNPJ sob N.º _____, com sede na Rua _____, n.º _____, Bairro _____, Município de _____ (UF), CEP _____, declara sob penas da Lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no Credenciamento n.º 005-2023, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

XXXXXXXXXXXX - UF, XX de XXXXXXXXXXXXXXX de 2023.

Assinatura do Representante Legal

Nome Completo
Cargo na Empresa / Representante
Razão Social da Empresa
CNPJ n.º.....

ATENÇÃO: O Credenciante deverá confeccionar este documento em papel timbrado próprio.

Rua Presidente Juscelino, nº 115, Centro, Cocos, Bahia, CEP 47.680-00036
CNPJ n.º 14.222.012/0001-75 Telefone: (77) 3489.1041





Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS**ANEXO IV****MODELO DE DECLARAÇÃO PROIBIÇÃO TRABALHO MENOR**

Credenciamento para contratação de pessoas jurídicas ou físicas para prestação de serviços médicos generalistas em regime ambulatorial, serviços médicos especializados em psiquiatria, serviços médicos especializados em ginecologia, bem como credenciamento de serviços profissionais Enfermeiro, Psicólogo, Fisioterapeuta e Assistente Social, para atendimento, em caráter complementar, conforme Anexo I do edital.

DECLARAÇÃO DE PROIBIÇÃO DO TRABALHO MENOR

Modelo de declaração relativa à proibição do trabalho do menor (Lei n.º 9.854/99)

Ao**Município de Cocos****Comissão Permanente de Licitação**

Ref.: Credenciamento nº 005-2023

A pessoa física/jurídica....., inscrita no CPF/CNPJ n.º....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade n.º e do CPF n.º....., **DECLARA**, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei n.º 9.854, de 27 de outubro de 1999, regulamentada pelo Decreto n.º 4.358, de 05 de setembro de 2002, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e nem menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

XXXXXXXXXXXX - UF, XX de XXXXXXXXXXXXXXX de 2023.

 Assinatura do Representante Legal

Nome Completo

Cargo na Empresa / Representante

Razão Social da Empresa

CNPJ n.º.....

ATENÇÃO: O Credenciante deverá confeccionar este documento em papel timbrado próprio.

Rua Presidente Juscelino, nº 115, Centro, Cocos, Bahia, CEP 47.680-00037

CNPJ n.º 14.222.012/0001-75

Telefone: (77) 3489.1041





Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS**ANEXO V****MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS**

Credenciamento para contratação de pessoas jurídicas ou físicas para prestação de serviços médicos generalistas em regime ambulatorial, serviços médicos especializados em psiquiatria, serviços médicos especializados em ginecologia, bem como credenciamento de serviços profissionais Enfermeiro, Psicólogo, Fisioterapeuta e Assistente Social, para atendimento, em caráter complementar, conforme Anexo I do edital.

Ao
Município de Cocos
Comissão Permanente de Licitação

Ref.: Credenciamento n.º 005-2023

Pelo presente instrumento, vimos apresentar nossa aceitabilidade e adesão aos preços estabelecidos relativos a prestação dos serviços objeto deste Credenciamento, bem como as informações e condições exigidas no Edital.

1. Identificação Completa:

- a. Nome Completo/Razão Social:.....
 CPF/CNPJ n.º
 Inscrição Estadual/Municipal n.º:.....
 Endereço completo:.....
 Telefone, fax, e-mail:.....
 Dados Bancários: Banco.....Agência e Conta Corrente.....

2. Pelo presente Termo declaramos e garantimos que:

- a. Examinamos cuidadosamente todo o Edital e Anexos e aceitamos todas as condições nele estipuladas e que, ao assinarmos este Termo, renunciamos ao direito de alegar discrepância de entendimento com relação ao Edital;

3. Aceitabilidade dos Preços

- a. Através do presente, vem solicitar a adesão ao Credenciamento no(s) item(s), conforme constante tabela de valores/serviços do Edital de Credenciamento n.º 005-2023:

ITEM xx – xxxxxxxx						
ITEM	DESCRIÇÃO	VAGAS	UNID.	Quant. Estimada	Valor Mensal. R\$	Valor Total Estimado (12 meses) R\$
VALOR TOTAL ESTIMADO (12 MESES)						R\$ 0,00

Obs. Na tabela acima, o credenciante deverá optar somente pelo item(ns) e subitem(ns) de seu interesse para o credenciamento.

Rua Presidente Juscelino, n.º 115, Centro, Cocos, Bahia, CEP 47.680-00038
 CNPJ n.º 14.222.012/0001-75 Telefone: (77) 3489.1041





Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS**4. Declarações**

a. O proponente acima qualificado requer, através do presente documento, o seu CREDENCIAMENTO para a prestação de serviços conforme edital e regulamento publicado por este Município, declarando, sob as penas da lei, que:

- a.1) as informações prestadas neste pedido de credenciamento são verdadeiras;
- a.2) qualquer fato superveniente impeditivo de credenciamento ou de contratação será informado;
- a.3) conhece os termos do Edital de Credenciamento, bem assim das informações e condições para o cumprimento das obrigações objeto do credenciamento, com as quais concorda;
- a.4) está de acordo com as normas e tabela de valores definidos;
- a.5) não se encontra suspenso, nem declarado inidôneo para participar de licitações ou contratar com órgão ou entidades da Administração Pública;
- a.5) não se enquadra nas situações de impedimentos previstos no edital do credenciamento;
- a.6) os serviços pleiteados para credenciamento são compatíveis com o seu objeto social, com o registro no Conselho profissional competente, com a experiência, a capacidade instalada, a infraestrutura adequada à prestação dos serviços conforme exigido;
- a.7) realizará todas os serviços a que se propõe.

Anexando ao presente requerimento toda a documentação exigida no edital de credenciamento, devidamente assinada e rubricada, pede deferimento para a adesão ao Credenciamento nº 005-2023.

XXXXXXXXXXXX - UF, XX de XXXXXXXXXXXXXXX de 2023.

Assinatura do Representante Legal
Nome Completo
Cargo na Empresa / Representante
Razão Social da Empresa
CNPJ n.º.....

ATENÇÃO: O Credenciante deverá confeccionar este documento em papel timbrado próprio.

Rua Presidente Juscelino, nº 115, Centro, Cocos, Bahia, CEP 47.680-00039
CNPJ n.º 14.222.012/0001-75 Telefone: (77) 3489.1041





Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS**ANEXO VI****MODELO DECLARAÇÃO INEXISTÊNCIA FATO SUPERVENIENTE**

Credenciamento para contratação de pessoas jurídicas ou físicas para prestação de serviços médicos generalistas em regime ambulatorial, serviços médicos especializados em psiquiatria, serviços médicos especializados em ginecologia, bem como credenciamento de serviços profissionais Enfermeiro, Psicólogo, Fisioterapeuta e Assistente Social, para atendimento, em caráter complementar, conforme Anexo I do edital.

(Pessoa Física e Pessoa Jurídica)

Ao
Município de Cocos
Comissão Permanente de Licitação

Ref.: Credenciamento nº 005-2023

DECLARAÇÃO

A pessoa física/jurídica, inscrita no CPF/CNPJ n.º, DECLARA, em atendimento ao previsto no edital de **Credenciamento nº 005-2023**, no art. 32, § 2º, da Lei n.º 8.666/1993, e no Item 7.1., inciso IV, da Instrução Normativa MARE n.º 05/1995, a inexistência de fato superveniente impeditivo da sua habilitação.

XXXXXXXXXXXX - UF, XX de XXXXXXXXXXXXXXX de 2023.

Assinatura do Representante Legal

Nome Completo
 Cargo na Empresa / Representante
 Razão Social da Empresa
 CNPJ n.º.....

ATENÇÃO: O Credenciante deverá confeccionar este documento em papel timbrado próprio.

Rua Presidente Juscelino, nº 115, Centro, Cocos, Bahia, CEP 47.680-00040
 CNPJ n.º 14.222.012/0001-75 Telefone: (77) 3489.1041





Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS**ANEXO VII****MODELO DE DECLARAÇÃO - MICRO EMPRESA OU EPP**

Credenciamento para contratação de pessoas jurídicas ou físicas para prestação de serviços médicos generalistas em regime ambulatorial, serviços médicos especializados em psiquiatria, serviços médicos especializados em ginecologia, bem como credenciamento de serviços profissionais Enfermeiro, Psicólogo, Fisioterapeuta e Assistente Social, para atendimento, em caráter complementar, conforme Anexo I do edital.

**DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA PEQUENO PORTE
(Pessoa Jurídica)**

**Ao
Município de Cocos
Comissão Permanente de Licitação**

Ref.: Credenciamento nº 005-2023

(razão social da empresa).....inscrita no CNPJ n.º....., por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a.), portador(a) da Carteira de Identidade n.º e do CPF n.º....., **DECLARA**, para fins do disposto no Edital da Credenciamento nº 005-2023, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

- MICROEMPRESA**, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar n.º 123, de 14/12/2006;
- EMPRESA DE PEQUENO PORTE**, conforme Inciso II do Artigo 3º da Lei Complementar n.º 123, de 14/12/2006.
- MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL - MEI**, conforme §1º do art. 18-A da Lei Complementar n.º 123, de 14/12/2006.
- PESSOA FÍSICA**, que não trata-se de empresa.

Declara ainda que a empresa não se encontra alcançada por quaisquer das hipóteses descritas no § 4º, do art. 3º, da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006.

XXXXXXXXXXXX - UF, XX de XXXXXXXXXXXXXXX de 2023.

Assinatura do Representante Legal

Nome Completo

Cargo na Empresa / Representante

Razão Social da Empresa

CNPJ n.º.....

Obs.: 1) Assinalar com um "X" a condição da empresa ou da pessoa física.

ATENÇÃO: O Credenciante deverá confeccionar este documento em papel timbrado próprio.

Rua Presidente Juscelino, nº 115, Centro, Cocos, Bahia, CEP 47.680-00041

CNPJ n.º 14.222.012/0001-75

Telefone: (77) 3489.1041





Estado da Bahia
MUNICÍPIO DE COCOS

ANEXO VIII **MODELO DE DECLARAÇÃO - REQUISITOS DE HABILITAÇÃO**

Credenciamento para contratação de pessoas jurídicas ou físicas para prestação de serviços médicos generalistas em regime ambulatorial, serviços médicos especializados em psiquiatria, serviços médicos especializados em ginecologia, bem como credenciamento de serviços profissionais Enfermeiro, Psicólogo, Fisioterapeuta e Assistente Social, para atendimento, em caráter complementar, conforme Anexo I do edital.

(Pessoa Física e Pessoa Jurídica)

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

Ao
Município de Cocos
Comissão Permanente de Licitação

Ref.: Credenciamento nº 005-2023

(razão social da empresa ou nome completo).....inscrita no CNPJ / CPF
n.º....., por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a.)
....., portador(a) da Carteira de Identidade n.º e do CPF
n.º....., **DECLARA**, para fins do disposto no Edital do Credenciamento nº 005-2023, sob
as penas da lei, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que os envelopes n.º 1
contêm a indicação do objeto, o preço aceito e a documentação de habilitação.

XXXXXXXXXXXX - UF, XX de XXXXXXXXXXXXXXX de 2023.

Assinatura do Representante Legal

Nome Completo
Cargo na Empresa / Representante
Razão Social da Empresa
CNPJ n.º.....

ATENÇÃO: O Credenciante deverá confeccionar este documento em papel timbrado próprio.

Rua Presidente Juscelino, nº 115, Centro, Cocos, Bahia, CEP 47.680-00042
CNPJ n.º 14.222.012/0001-75 Telefone: (77) 3489.1041





Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS**ANEXO IX****MODELO DE DECLARAÇÃO - TRABALHO DEGRADANTE**

Credenciamento para contratação de pessoas jurídicas ou físicas para prestação de serviços médicos generalistas em regime ambulatorial, serviços médicos especializados em psiquiatria, serviços médicos especializados em ginecologia, bem como credenciamento de serviços profissionais Enfermeiro, Psicólogo, Fisioterapeuta e Assistente Social, para atendimento, em caráter complementar, conforme Anexo I do edital.

(Pessoa Física e Pessoa Jurídica)**MODELO DE DECLARAÇÃO DE TRABALHO FORÇADO E DEGRADANTE**

Ao
Município de Cocos
Comissão Permanente de Licitação

Ref.: Credenciamento nº 005-2023

A pessoa física ou pessoa jurídica _____, pessoa jurídica de direito privado, com sede a _____, bairro _____, na cidade de _____, Estado de _____, devidamente inscrita no CNPJ / CPF sob n.º _____, inscrição estadual n.º _____, neste ato representado por seu representante legal, _____, nacionalidade, estado civil, profissão, portador da Cédula de Identidade n.º _____, e inscrito no CPF n.º _____, residente e domiciliado a _____, bairro, _____, na cidade de _____, Estado de _____, através da presente declaração, DECLARO que não possuo, em minha cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal de 1988.

E por ser verdade, assina a presente declaração sob as penas da lei.

XXXXXXXXXXXXXXXX - UF, XX de XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX de 2023.

Assinatura do Representante Legal

Nome Completo
Cargo na Empresa / Representante
Razão Social da Empresa
CNPJ n.º.....

ATENÇÃO: O Credenciante deverá confeccionar este documento em papel timbrado próprio.

Rua Presidente Juscelino, nº 115, Centro, Cocos, Bahia, CEP 47.680-00043
CNPJ n.º 14.222.012/0001-75 Telefone: (77) 3489.1041





Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS**ANEXO X****MINUTA DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**

Credenciamento para contratação de pessoas jurídicas ou físicas para prestação de serviços médicos generalistas em regime ambulatorial, serviços médicos especializados em psiquiatria, serviços médicos especializados em ginecologia, bem como credenciamento de serviços profissionais Enfermeiro, Psicólogo, Fisioterapeuta e Assistente Social, para atendimento, em caráter complementar, conforme Anexo I do edital.

MINUTA CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - ADESÃO**N.º XXXX/2023**

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - ADESÃO AO CREDENCIAMENTO Nº 005-2023, QUE FAZEM ENTRE SI, O FUNDO MUNICIPAL DE XXXXXXXXXXXX E A PESSOA FÍSICA OU JURÍDICA XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX.

O **MUNICÍPIO DE COCOS**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ n.º XX.XXX.XXX/XXXX-XX, com sede na Rua Presidente Juscelino, nº 115, Centro, Cocos, Bahia, CEP 47.680-000, representado neste ato pelo **FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE/FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ n.º XX.XXX.XXX/XXXX-XX, com sede na XXXXX XXXXXX XXXX, XXX, bairro XXXXXXXX, cidade XXXXXXXXXXX, UF XX, CEP XX.XXX-XXX, legalmente representado pelo(a) Sr(a). XXXXXXXX XXXXXXXX, Gestor(a) do Fundo Municipal de Saúde, brasileiro(a), portador(a) do RG n.º XXXXXXXX XXX/XX e do CPF/MF n.º XXX.XXX.XXX-XX, residente e domiciliado nesta cidade de Cocos, Bahia, legalmente investido e no exercício pleno do mandato, doravante denominado CONTRATANTE e do outro lado a pessoa física ou pessoa jurídica XXXXX XXXXXXX XXXX, registrada no CNPJ n.º XX.XXX.XXX/XXXX-XX, situada à XXXXX XXXXXXX XXXX, XXX, bairro XXXXXXXX, cidade XXXXXXXXXXX, UF XX, CEP XX.XXX-XXX, representada neste ato pelo(a) Sr(a). XXXXXXXX XXXXXXXX, portador(a) do CPF n.º XXX.XXX.XXX-XX e RG n.º XXXXXXXX SSP/XX, residente e domiciliado à XXXXX XXXXXXX XXXX, XXX, bairro XXXXXXXX, cidade XXXXX, UF XX, CEP XX.XXX-XXX, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº 228-2023 e em observância às disposições da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da **Inexigibilidade de Licitação nº XXX-2023**, consubstanciada nos termos do **Credenciamento nº 005-2023**, homologada em XX/XX/2023, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

DO PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE

As partes acima identificadas têm, entre si, justo e acertado, o presente para a Credenciamento para contratação de pessoas jurídicas ou físicas para prestação de serviços médicos generalistas em regime ambulatorial, serviços médicos especializados em psiquiatria, serviços médicos especializados em ginecologia, bem como credenciamento de serviços profissionais Enfermeiro, Psicólogo, Fisioterapeuta e Assistente Social, para atendimento, em caráter complementar, conforme Anexo I do edital, o qual justifica-se o Processo de Inexigibilidade de Licitação nº XXXX-2023 consubstanciado no Credenciamento nº 005-2023, que se regerá pelas cláusulas seguintes e pelas condições descritas no presente:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. A finalidade deste contrato é garantir aos munícipes, nas condições especificadas neste instrumento, por intermédio da pessoa física ou jurídica, o credenciamento de pessoas jurídicas

Rua Presidente Juscelino, nº 115, Centro, Cocos, Bahia, CEP 47.680-00044
CNPJ n.º 14.222.012/0001-75 Telefone: (77) 3489.1041





Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS

ou físicas para serviços especializados de **(especificar individualmente para cada contrato) nas funções credenciadas**, conforme Anexo I do edital para atendimento, em caráter complementar, às demandas da Secretaria Municipal de Saúde de Cocos – Bahia.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO DE CREDENCIAMENTO

2.1. Este instrumento está vinculado ao Processo de Inexigibilidade nº XXX-2023 do Município de Cocos-Ba, de XX de XXXXXXXX de 2023, do qual é parte integrante.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO FUNDAMENTO LEGAL

3.1. A presente contratação fundamenta-se na Lei n.º 8.078/1990 - Código de Defesa do Consumidor; Constituição Federal no caput do art. 6º; inciso VII do art. 30; inciso II do art. 23; caput do art. 196 e caput do art. 197; §1º do art. 199; na Lei Federal n.º 8.666/1993 no caput do art. 25º, e na Lei Federal n.º 8080/1990 no caput do art. 7º, e suas alterações; na Lei Complementar n.º 123/2006 e alterações da Lei Complementar n.º 147/2014, Lei Complementar n.º 155/2016, e subsidiariamente à Lei n.º 8.666/1993, bem como à legislação correlata.

CLÁUSULA QUARTA - DO REGIME DE EXECUÇÃO

4.1. A prestação dos serviços será realizada nas instalações do(a) CONTRATANTE/CONTRATADA, no XX, na localidade XXXXXXXXXXXXX, na sede e/ou interior do Município de Cocos-BA/XXXXXXXXXX.

4.2. Os serviços, objeto do presente contrato, serão prestados pelo(a) profissional(is) ora CONTRATADO, ou poderão ser prestados pelos profissionais abaixo relacionados: Nome Completo XXXXXXXXXXXX, Especialidade XXXXXXXXXXX, CRM/CRN/COREN/etc XXXXXXXXXXX, vinculados a pessoa física ou pessoa jurídica.

4.3. A execução e o controle do presente instrumento serão avaliados pelo CONTRATANTE, mediante supervisão direta ou indireta dos procedimentos realizados, através do comparecimento periódico, a fim de examinar a documentação dos pacientes e usuários.

4.4. A CONTRATADA se obriga a fornecer, quando solicitado pelo CONTRATANTE, documentos dos pacientes ou usuários segundo as normas de regulamentação vigentes.

4.5. A execução deste contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante do CONTRATANTE, designado pela **Secretaria demandante**.

4.6. A **Secretaria demandante** possuirá o poder de vistoriar, de forma irrestrita, toda a documentação nosológica do munícipe, bem como a documentação contábil e fiscal pertinente a este contrato.

CLÁUSULA QUINTA - DOS PREÇOS E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.1. A CONTRATANTE pagará a CONTRATADA para o presente contrato, a importância mensal de R\$ XXXXX,XX (XXXXXXXXXX XXXXXXXX), que perfaz o valor total de R\$ XXXXX,XX (XXXXXXXXXX XXXXXXXX).





Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS

5.2. O valor deste contrato deverá ser tratado apenas como dado estatístico, fruto da evolução da despesa no período citado, bem como forma de determinar a base de cálculo para aplicação de penalidades previstas neste contrato;

5.3. O valor deste contrato não poderá servir de base rígida para a apresentação da Nota Fiscal/Fatura Mensal/Recibo, considerando que o total de gastos do mês dependerá do pleno atendimento as demandas em cada respectivo período.

5.4. A CONTRATADA obriga-se e compromete-se a realizar na quantidade máxima de meses, em conformidade com a planilha constante do Termo de Referência (Anexo I). A distribuição para realização dos serviços é de responsabilidade da **Secretaria demandante**, que através do planejamento da instituição determinará os atendimentos e providenciará agendar os pacientes ou usuários:

Item	Serviços	Unidade	Quantidade mês	Valor Unitário	Valor Total
*	* Itens Propostos e Credenciados*	unidade	XXX	XXXXXX	XXX,XX
*	* Itens Propostos e Credenciados*	unidade	XXX	XXXXXX	XXX,XX
*	* Itens Propostos e Credenciados*	unidade	XXX	XXXXXX	XXX,XX
Valor Total - Estimado - Mensal					XXXX,XX
Valor total Global - Estimado (XX meses)					XXXX,XX

5.5. É vedado a CONTRATADA cobrar diretamente dos munícipes qualquer importância a título de taxas, honorários ou serviços prestados, inclusive depósitos prévios.

5.6. Os pagamentos serão efetuados mediante Ordem Bancária em favor da CONTRATADA, na conta corrente, agência e banco informados ou em cheque na Tesouraria da Prefeitura, após a assinatura de recibo, que deverá constar no corpo o período de competência da prestação dos serviços.

5.6.1. O CONTRATANTE não será responsabilizado pelo atraso nos pagamentos que sejam decorrentes da apresentação das faturas ou outros documentos fora dos prazos estipulados e com vícios formais que ensejem devolução;

5.7. Toda situação anormal, que impossibilite ou prejudique o pagamento das despesas, será imediatamente informada a CONTRATADA.

5.8. O CONTRATANTE glosará, total ou parcialmente, mediante motivação, a remuneração pelos serviços prestados especificados que não estiverem de acordo com este contrato ou Processo de Inexigibilidade n° XXX-2022.

5.9. O CONTRATANTE efetuará o pagamento dos serviços prestados nas condições prescritas, em até 10 (dez) dias úteis do mês subsequente ao vencido.

5.10. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o





Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS

inciso II do art. 24, da Lei n.º 8.666/1993, deverão ser efetuados no prazo de até 07 (sete) dias úteis, contados da execução dos serviços.

5.11. Sobre o valor devido a CONTRATADA, a Administração efetuará a retenção do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física - IRRF ou Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ, quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, será observado o disposto na legislação municipal aplicável.

5.12. A Administração deduzirá do montante a ser pago os valores correspondentes às multas e/ou indenizações devidas por parte da CONTRATADA.

5.13. É vedado a CONTRATADA transferir a terceiros os direitos ou créditos decorrentes do contrato.

CLÁUSULA SEXTA - DO REAJUSTE

6.1. Decorridos 12 (doze) meses da data da assinatura do contrato, o seu valor poderá ser reajustado, alcançando a data de formulação da proposta e aplicando-se o índice IPCA/IBGE acumulado no período, a requerimento da CONTRATADA.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA

7.1. A vigência contrato será contada a partir da assinatura deste contrato e terá a vigência de 12 (doze) meses, por tratar-se de serviços contínuos.

7.2. O contrato poderá ser prorrogado anualmente, mediante Termo Aditivo até o limite do inciso II, art. 57 da Lei n.º 8.666/1993, por tratar-se de serviços contínuos e ser houver interesse da contratante.

CLÁUSULA OITAVA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1. Os recursos previstos para os pagamentos dos atendimentos do presente contrato correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

02.05.000 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.122.030.2032 – Gestão das Ações do Fundo Municipal de Saúde

3.3.9.0.36.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física

3.3.9.0.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

15001002 – Fonte

10.302.032.2075 – Gestão de Ações da Atenção Especializada - MAC

3.3.9.0.36.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física

3.3.9.0.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

15001002, 16000000 – Fontes

10.301.030.2030 – Gestão das Ações de Equipes de Saúde da Família - ESF

3.3.9.0.36.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física

3.3.9.0.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

15001002, 16000000 – Fontes





Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS

02.07.000 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**02.244.026.2235 – Bloco da Proteção Social Básica**

3.3.9.0.36.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física

3.3.9.0.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

15000000, 16610000, 1660000 - Fontes

8.2. As despesas para os exercícios futuros correrão à conta das dotações orçamentárias indicadas em termo aditivo ou apostilamento.

CLÁUSULA NONA - DA RESPONSABILIDADE CIVIL

9.1. A fiscalização ou o acompanhamento da execução deste instrumento contratual não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA.

9.2. A responsabilidade a que se refere a presente Cláusula estende-se à reparação de dano eventual de instalações, equipamentos e/ou aparelhagens, essenciais à prestação dos serviços que compõem o objeto deste Contrato.

9.3. A CONTRATADA será responsável, civil e penalmente, pelos danos causados aos pacientes, decorrentes de omissão, voluntária ou não, negligência, imperícia ou imprudência.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS SANÇÕES

10.1. Pelo atraso injustificado na execução das obrigações decorrentes do contrato, a CONTRATADA estará sujeita à multa de 1% (um por cento) sobre o valor do contrato, por dia de atraso, aplicada na forma prevista no art. 86 da Lei n.º 8.666/1993.

10.1.1. A multa acima não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as outras sanções previstas no contrato.

10.2. O descumprimento das obrigações contratuais, inclusive sua inexecução, total ou parcial, e/ou das condições previstas no processo originário e neste contrato sujeitará a CONTRATADA, na forma do disposto no art. 87 da Lei n.º 8.666/1993, às seguintes penalidades:

10.2.1. Advertência;

10.2.2. Em caso de inexecução parcial, multa compensatória de 0,3% (três décimos por cento) ao dia, sobre o valor do contrato por ocorrência;

10.2.3. Em caso de inexecução total, multa compensatória de 0,7% (sete décimos por cento) sobre o valor de parte do serviço não realizado, por cada dia subsequente ao trigésimo sobre o valor do contrato;

10.2.4. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de Cocos, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

10.3. O valor das multas será, obrigatoriamente, deduzido do pagamento do serviço, realizado com atraso, ou de outros créditos, relativo ao mesmo Contrato, eventualmente existentes, garantida a prévia e ampla defesa em processo administrativo.





Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS

10.4. As multas previstas nesta cláusula não têm caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá a CONTRATADA da responsabilidade de perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

10.4.1. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, a ser concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

10.5. As sanções de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração poderão também ser aplicadas às pessoas jurídicas que, em razão dos contratos regidos pela Lei n.º 8.666/1993:

10.6. Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

10.7. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos do credenciamento;

10.8. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

10.9. As penalidades serão aplicadas após regular processo administrativo, em que seja assegurado ao licitante o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos que lhes são inerentes.

10.10. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública é de competência exclusiva da **Secretaria demandante**, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 02 (dois) anos de sua aplicação.

10.11. As demais sanções são de competência exclusiva do Prefeito Municipal.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO

11.1. O presente contrato poderá ser rescindido nos casos de inexecução total ou parcial, na incidência dos motivos enumerados no art. 78 da Lei n.º 8.666/1993, em especial os abaixo descritos:

11.2. Determinado por ato unilateral e motivado da Administração, nos seguintes casos:

11.2.1. Não cumprimento ou cumprimento irregular dos prazos, cláusulas e serviços contratados;

11.2.2. Interrupção dos trabalhos por parte da CONTRATADA, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;

11.2.3. Atraso injustificado no início dos serviços;

11.2.4. A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação da CONTRATADA com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, não admitidas no contrato;





Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS

- 11.2.5. Não atendimento das determinações regulares emanadas da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a execução deste instrumento, assim como das de seus superiores;
 - 11.2.6. Cometimento reiterado de faltas na execução dos serviços, anotadas na forma do § 1º do art. 67, da Lei n.º 8.666/1993;
 - 11.2.7. Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato.
- 11.3. Por acordo entre as partes, reduzida a termo no procedimento de credenciamento, desde que haja conveniência para a Administração e não prejudique direta ou indiretamente a saúde dos munícipes de Cocos, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias;
- 11.3.1. Estando em processo de apuração de irregularidades na prestação de seus serviços, a CONTRATADA não poderá solicitar a rescisão, enquanto não concluído o processo de apuração.
- 11.4. Por rescisão judicial promovida por parte da CONTRATADA, se a Administração incidir em quaisquer das seguintes hipóteses:
- 11.4.1. A supressão, por parte da Administração de serviços, acarretando modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no § 1º do art. 65 da Lei n.º 8.666/1993;
 - 11.4.2. A suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 30 (trinta) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado a CONTRATADA, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação; e,
 - 11.4.3. O atraso superior a 30 (trinta) dias dos pagamentos devidos pela Administração decorrentes de serviços, ou parcelas destes, recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado a CONTRATADA o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação.
- 11.5. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, observado o devido processo legal.
- 11.6. A rescisão unilateral por ato da Administração acarreta as seguintes consequências, sem prejuízo das sanções previstas neste contrato:
- 11.7. Execução da garantia contratual, para ressarcimento da Administração, e dos valores das multas e indenizações a ela devidos;





Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE CÔCOS

11.8. Retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração.

11.9. Em caso de rescisão, os tratamentos em curso deverão ser concluídos por parte da CONTRATADA, salvo nos casos de expressa manifestação técnica ou administrativa do CONTRATANTE.

11.10. A rescisão não eximirá a CONTRATADA das garantias assumidas em relação aos serviços executados e de outras responsabilidades que legalmente lhe possam ser imputadas.

11.11. O contrato poderá ser rescindido pelo Município, unilateralmente, em qualquer momento, quando da efetivação de contrato em caráter definitivo, oriundo de processo licitatório ou concurso público devidamente instaurado, adjudicado e homologado pelo Gestor.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE.

12.1. O CONTRATANTE obriga-se a:

- 12.1.1 Efetuar o pagamento no tempo, lugar e forma estabelecidos neste contrato;
- 12.1.2 Designar servidor para acompanhar os serviços, conferir, fiscalizar, apontar as falhas, atestar a efetiva prestação dos serviços;
- 12.1.3 Fornecer em tempo hábil todos os elementos técnicos e administrativos, necessários à execução dos serviços, bem como entregar livres e desimpedidas as áreas onde serão realizados os serviços, objeto deste contrato;

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA.

13.1. A CONTRATADA obriga-se a:

- 12.1.4 Manter disponibilidade dentro dos padrões quantitativo e qualitativo suficientes para atender a demanda ordinária, bem como eventuais acréscimos solicitados pela Administração;
- 12.1.5 Relatar à Administração toda e qualquer irregularidade nos serviços prestados;
- 12.1.6 Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários e fiscais resultantes da execução do contrato, nos termos da legislação aplicável;
- 12.1.7 Manter, durante a execução do contrato, todas as condições exigidas para habilitação e qualificação constantes do processo de credenciamento; e
- 12.1.8 Nesse caso, é vedada a retenção de pagamento se a CONTRATADA não incorrer em qualquer inexecução do serviço;

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA SUBCONTRATAÇÃO.

14.1. É vedado a CONTRATADA, delegar ou transferir a terceiros, os serviços objeto deste Termo de Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - PUBLICAÇÃO





Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS

15.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no mural da Prefeitura Municipal, em conformidade com a Lei n.º 8.666/1993 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA FISCALIZAÇÃO

16.1. No curso da prestação dos serviços, caberá à CONTRATANTE, o direito de fiscalizar a fiel observância das disposições contratuais, promovendo a aferição qualitativa dos serviços prestados.

16.1.1 A execução do presente contrato será acompanhada e fiscalizada pela Secretaria Municipal de Saúde de Cocos, por meio do servidor **Nome Completo XXXXXXXX XXXXXXXX, nacionalidade XXXXXX, estado civil XXXXXXXX, profissão XXXXXXXXXXXX, residente e domiciliado na Rua/Av./ XXXXXXXXXXX XXXXXXXX, Bairro XXXXXXXX, Cidade XXXXXXXX - Estado XXXXXXXX, portador do CPF n.º XXX.XXX.XXX-XX e CI/RG n.º XXXX.XXXX.XXXX SSP/XX.**

16.1.2 A fiscalização exercida pela CONTRATANTE não implica em corresponsabilidade sua ou do responsável pelo acompanhamento do contrato, não excluindo nem reduzindo a responsabilidade da Contratada, inclusive por danos que possam ser causados à contratante ou a terceiros, por qualquer irregularidade decorrente de culpa ou dolo da Contratada na execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS CASOS OMISSOS

17.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - FORO

18.1. O foro para dirimir questões relativas ao presente contrato será o do Município de Cocos - Bahia, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

18.2. E, por estarem justos e contratados, preparam o presente Termo de Contrato, em 02 (duas) vias de igual teor, para um só efeito, o qual, depois de lido e achado conforme, vai assinado pelas partes signatárias contratantes para que produza seus efeitos legais, comprometendo-se as partes, a cumprir e fazer cumprir o que ora é pactuado, em todas suas cláusulas e condições.

Cocos-Ba, XX de XXXXXXXXXXXX de 2023.

FUNDO MUNICIPAL DE xxxxxxxxxxxx
CNPJ:xxxxxxxxxx
CONTRATANTE

PESSOA FÍSICA/PESSOA JURÍDICA
CNPJ:xxxxxxxxxx
CONTRATADA





Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO — REDA - EDITAL N.º 01/2023
RESULTADO PARCIAL
CARGOS DAS ÁREAS DA EDUCAÇÃO E SAÚDE:

PROFESSOR:

SEDE			
NOMES DOS CANDIDATOS	CLASSIFICAÇÃO		AC, PPP ou PcD
ANA PAULA DE SOUZA FALCÃO	Aprovado	1º lugar	AC
ALINE COSTA DE ALMEIDA REIS	Aprovado	2º lugar	AC
KARLA BEATRIZ FERREIRA BARBOSA	Aprovado	3º lugar	AC
CRISTIANA OLIVEIRA DOS SANTOS ROCHA	Aprovado	4º lugar	AC
LÍLIAN ARAUJO DA SILVA	Aprovado	5º lugar	PPP
NAÍNA APARECIDA SOUZA COSTA	Aprovado	6º lugar	AC
RENATA KELE VIEIRA VASCONCELOS	Aprovado	7º lugar	AC
MALVINA ANA DE JESUS	Aprovado	8º lugar	AC
AYLANNE BALIZA BARROS	Aprovado	9º lugar	AC
ALINE SANTOS DE OLIVEIRA MOURA	Aprovado	10º lugar	PPP
EDINAIDES DA SILVA VEIGA	Aprovado	11º lugar	AC
CLEUBIANA DA MOTA SILVA PRADO	Aprovado	12º lugar	AC
GLEUDE DA SILVA MOTA BARROS	Aprovado	13º lugar	AC
RITA DE CÁSSIA OLIVEIRA DE FARIAS	Aprovado	14º lugar	AC
NEUSA BARBOSA LOPES	Aprovado	15º lugar	PPP
EURÂNIA SILVA DE LIMA	Aprovado	16º lugar	PPP
ELIANE MELO DE MOURA	Aprovado	17º lugar	PPP
CAMILA MACÊDO RODRIGUES	Classificado	18º lugar	-
FÁBIA RIBAS ALVES	Classificado	19º lugar	-
AMANDA OLIVEIRA DE LIMA	Classificado	20º lugar	-
IALLE BARROS ASSIS	Classificado	21º lugar	-
ALINE VIOLETA CARVALHO DE ABREU	Classificado	22º lugar	-
CYNARA BANDEIRA DE SOUZA	Classificado	23º lugar	-
TÂNIA MARIA BARROS MEIRELES	Classificado	24º lugar	-
KEROLEN NYARA DA ROSA VEIGA	Classificado	25º lugar	-
ÉRIKA SILVEIRA DE LIMA	Classificado	26º lugar	-
CELIMAR REJANE DE SOUZA SILVA	Classificado	27º lugar	-
FERNANDA RIBEIRO DE OLIVEIRA	Classificado	28º lugar	-
CLEIDIANE COSTA DAS NEVES	Classificado	29º lugar	-
ARISTÉA BRITO BARROS	Classificado	30º lugar	-
KAMILA MARQUES DA SILVA	Classificado	31º lugar	-
GICELIA AZEVEDO DE MOURA	Classificado	32º lugar	-
LIDIANE DE SOUZA LOPES BARROS	Classificado	33º lugar	-
LUCIETE LOPES DE LIMA	Classificado	34º lugar	-
NOEME DOS SANTOS BARBOSA	Classificado	35º lugar	-
SELMA LIMA DE OLIVEIRA	Classificado	36º lugar	-
DALILA FERREIRA COSTA RODRIGUES	Classificado	37º lugar	-
THIAGO SANTOS FERREIRA	Classificado	38º lugar	-





Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO — REDA - EDITAL N.º 01/2023
RESULTADO PARCIAL
CARGOS DAS ÁREAS DA EDUCAÇÃO E SAÚDE:

PROFESSOR

ESCOLA MUNICIPAL DO RIACHO DO MEIO			
NOMES DOS CANDIDATOS	CLASSIFICAÇÃO		AC, PPP ou PcD
GISLANE CUNHA CASTRO	Aprovado	1º lugar	AC
DYONE MOURA CARNEIRO	Aprovado	2º lugar	AC
ROSÂNGELA SILVA E SILVA	Aprovado	3º lugar	AC
MIKELLE LÓPO DE MACÊDO ARRUDA	Aprovado	4º lugar	AC
KÁTIA DOS SANTOS NEVES	Aprovado	5º lugar	PPP
NATIELE CUNHA DE SOUZA	Aprovado	6º lugar	AC
DÉBORA CARNEIRO DA SILVA NOGUEIRA	Aprovado	7º lugar	AC
VALDINETE SANTOS DE SOUZA	Aprovado	8º lugar	AC
RAIMUNDO MARTINS DE MACÊDO	Aprovado	9º lugar	AC
ANDRÉIA CORTE SILVA SANTOS	Aprovado	10º lugar	PPP
ALINE LIMA SANTOS	Aprovado	11º lugar	PPP
DULCINÉA PEREIRA ARAÚJO SILVA	Classificado	12º lugar	-
CLEIA MACIEL DOS SANTOS	Classificado	13º lugar	-
EROTIDES ANGÉLICA LACERDA RODRIGUES	Classificado	14º lugar	-
SARLETE CARNEIROS DOS SANTOS VEIGA	Classificado	15º lugar	-
THAIS CORREA COSTA	Classificado	16º lugar	-
VANESSA APARECIDA LIMA SOUZA	Classificado	17º lugar	-

PROFESSOR

ESCOLA MUNICIPAL ANA FRANCISCA			
NOMES DOS CANDIDATOS	CLASSIFICAÇÃO		COTA RACIAL
LUCIENE VIEIRA DA SILVA	Aprovado	1º lugar	AC
FLÁVIA LESSA RIBAS	Aprovado	2º lugar	AC
UILMA DE JESUS CARLOS	Aprovado	3º lugar	AC
LUCIANA VIEIRA DA SILVA NEVES	Aprovado	4º lugar	AC
IVAILDE ANGÉLICA DE AMARAL	Aprovado	5º lugar	PPP

PROFESSOR

ESCOLA MUNICIPAL ÁGDO DE SOUZA/CAJUEIRO			
NOMES DOS CANDIDATOS	CLASSIFICAÇÃO		AC, PPP ou PcD
SIMONE CARDOSO DOS SANTOS MICLOS	Aprovado	1º lugar	AC
CARLA SOUZA DE MOURA	Aprovado	2º lugar	AC
GILVAN OLIVEIRA DOS SANTOS	Aprovado	3º lugar	AC
LUCILEIDE BRITO MONTALVÃO DA SILVA	Aprovado	4º lugar	AC
ELENICE COSTA NOGUEIRA	Aprovado	5º lugar	PPP





Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS

**PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO — REDA - EDITAL N.º 01/2023
RESULTADO PARCIAL
CARGOS DAS ÁREAS DA EDUCAÇÃO E SAÚDE:**

PROFESSOR

ESCOLA MUNICIPAL GERMÍNIO ALVES/NOVACI			
NOMES DOS CANDIDATOS	CLASSIFICAÇÃO		AC, PPP ou PcD
IARA FERREIRA LOPES	Aprovado	1º lugar	AC
ALESSANDRA LOPES DE OLIVEIRA	Aprovado	2º lugar	AC
KEILA CRISTINA FERREIRA LOPES	Aprovado	3º lugar	AC

PROFESSOR

ESCOLA MUNICIPAL SÃO DOMINGOS/FORTUNATO			
NOMES DOS CANDIDATOS	CLASSIFICAÇÃO		AC, PPP ou PcD
RUBINÉIA DA SILVA PEREIRA	Aprovado	1º lugar	AC

PROFESSOR

ESCOLA MUNICIPAL DE ÁGUA DO CARMO/POV. DE ÁGUA DO CARMO			
NOMES DOS CANDIDATOS	CLASSIFICAÇÃO		AC, PPP ou PcD
CRISTINA APARECIDA OLIVEIRA DOS SANTOS RODRIGUES	Aprovado	1º lugar	AC
HÉLEN TATIANE ALVES MACÊDO	Aprovado	2º lugar	AC
ANA PAULA TRINDADE DA SILVA OLIVEIRA	Aprovado	3º lugar	AC
BETÂNIA SOUZA DA TRINDADE	Aprovado	4º lugar	AC
ALINE DE ABREU BARROS RIBAS	Aprovado	5º lugar	AC

PROFESSOR

ESCOLA MUNICIPAL CATULÉ DO GALHO/CATULÉ DO GALHO			
NOMES DOS CANDIDATOS	CLASSIFICAÇÃO		AC, PPP ou PcD
ROSÁRIA ROCHA DOS SANTOS	Aprovado	1º lugar	AC
HELENA MARIA APARECIDA PEREIRA DOS SANTOS	Classificado	2º lugar	-

PROFESSOR

ESCOLA MUNICIPAL VEREDINHA			
NOMES DOS CANDIDATOS	CLASSIFICAÇÃO		AC, PPP ou PcD
ADELITA NUNES GONÇALVES	Aprovado	1º lugar	AC

PROFESSOR

ESCOLA MUNICIPAL NOSSA SENHORA APARECIDA/CATULÉ DA BARRA			
NOMES DOS CANDIDATOS	CLASSIFICAÇÃO		AC, PPP ou PcD
GILMAR CARDOSO FELICIANO	Aprovado	1º lugar	AC





Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS**PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO — REDA - EDITAL N.º 01/2023****RESULTADO PARCIAL****CARGOS DAS ÁREAS DA EDUCAÇÃO E SAÚDE:****PROFESSOR**

ESCOLA MUNICIPAL WENCESLAU BRAZ			
NOMES DOS CANDIDATOS	CLASSIFICAÇÃO		AC, PPP ou PcD
SUZETE DE SOUZA MONTALVÃO	Aprovado	1º lugar	PPP
MICHELE TEIXEIRA DA SILVA	Classificado	2º lugar	-

PROFESSOR

ESCOLA MUNICIPAL MANOEL MESSIAS/SANTA LUZIA			
NOMES DOS CANDIDATOS	CLASSIFICAÇÃO		AC, PPP ou PcD
ALZINETE NEVES RODRIGUES	Aprovado	1º lugar	AC
TAUÃ TERRA DE MATOS SANTOS	Aprovado	2º lugar	AC
JANETE BARROS RIBEIRO	Aprovado	3º lugar	AC
CHARLES FRANCISCO DE OLIVEIRA	Aprovado	4º lugar	AC
ROSEMARY GOMES BRITO DE MOURA	Aprovado	5º lugar	PPP
JOSÉLIA ALMEIDA DE OLIVEIRA	Aprovado	6º lugar	AC
ANÍSIA XAVIER DA COSTA	Aprovado	7º lugar	AC
RAIMUNDA NONATA PEREIRA DA SILVA	Aprovado	8º lugar	AC
LEIDIANE SANTOS SILVA	Aprovado	9º lugar	PPP
CARINA SILVA DOS SANTOS	Aprovado	10º lugar	PPP
MAURA SANTOS DA SILVA	Classificado	11º lugar	-

PROFESSOR

ESCOLA MUNICIPAL JOSINO BRITO/PORCOS			
NOMES DOS CANDIDATOS	CLASSIFICAÇÃO		AC, PPP ou PcD
JOSÉ SOUZA DA COSTA	Aprovado	1º lugar	AC
DYENE DE SOUZA ROCHA	Aprovado	2º lugar	AC
EDNEUSA FERREIRA MIRANDA DA SILVA	Aprovado	3º lugar	AC
ELIELMA PEREIRA DE CARVALHO	Aprovado	4º lugar	AC
MARLI DA SILVA FERREIRA	Aprovado	5º lugar	AC

PROFESSOR

ESCOLA MUNICIPAL DURVAL BEZERRA/BURITI			
NOMES DOS CANDIDATOS	CLASSIFICAÇÃO		AC, PPP ou PcD
MARIA DAS DORES SOUZA COSTA	Aprovado	1º lugar	AC
MARIA HELENA SANTOS DE CASTRO	Aprovado	2º lugar	AC
JÚLIO CÉSAR PRADO RIBAS	Aprovado	3º lugar	AC
VALDISON SANTOS NOGUEIRA	Aprovado	4º lugar	AC
CÍNTIA BEATRIZ ROCHA NUNES LOPES	Aprovado	5º lugar	PPP
CLÁUDIA AMARIZE SANTOS LOPES	Aprovado	6º lugar	PPP
MARILENE REIS FARIAS	Classificado	7º lugar	-
NAINA DA SILVA CASTRO	Classificado	8º lugar	-

Página 4 de 9

Rua Presidente Juscelino, 115, Centro, Cocos, Bahia, CEP 47.680-000

CNPJ n.º 14.222.012/0001-75 Telefone: (77) 3489.1041





Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS

**PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO — REDA - EDITAL N.º 01/2023
RESULTADO PARCIAL
CARGOS DAS ÁREAS DA EDUCAÇÃO E SAÚDE:**

PROFESSOR

ESCOLA MUNICIPAL CAIÇARA/CAIÇARINHA			
NOMES DOS CANDIDATOS	CLASSIFICAÇÃO		AC, PPP ou PcD
GILBERTO FLORES GOMES	Aprovado	1º lugar	AC

PROFESSOR

ESCOLA MUNICIPAL BRANCA DE NEVE			
NOMES DOS CANDIDATOS	CLASSIFICAÇÃO		AC, PPP ou PcD
LAÍSA FLORINDA DE JESUS	Aprovado	1º lugar	AC

PROFESSOR

ESCOLA MUNICIPAL NOVA ESPERANÇA/ MUNDO NOVO			
NOMES DOS CANDIDATOS	CLASSIFICAÇÃO		AC, PPP ou PcD
GILMAR PEREIRA DOS SANTOS	Aprovado	1º lugar	AC

ESCOLA MUNICIPAL TRANSNORTE			
NOMES DOS CANDIDATOS	CLASSIFICAÇÃO		AC, PPP ou PcD
GILMA LOPES VIANA	Aprovado	1º lugar	AC

PROFESSOR

ESCOLA MUNICIPAL DURVAL ROCHA/SÃO JOÃO DO PORTO ALEGRE			
NOMES DOS CANDIDATOS	CLASSIFICAÇÃO		AC, PPP ou PcD
IDÁLIA FERREIRA DOS SANTOS	Aprovado	1º lugar	AC
BETÂNIA SOUZA DOS SANTOS SANTANA	Aprovado	2º lugar	AC

TECNICO DE ENFERMAGEM

TÉCNICO DE ENFERMAGEM – PSF LUÍS CARDOSO			
NOMES DOS CANDIDATOS	CLASSIFICAÇÃO		AC, PPP ou PcD
FLAVIA PEREIRA DA SILVA	Aprovado	1º lugar	AC
POLYANA VASCONCELOS DOS SANTOS BARROS	Desclassificado	-	-

TÉCNICO DE ENFERMAGEM – PSF MANOEL MESSIAS			
NOMES DOS CANDIDATOS	CLASSIFICAÇÃO		AC, PPP ou PcD
REJANE SOUZA DE OLIVEIRA	Aprovado	1º lugar	AC





Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS

**PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO — REDA - EDITAL N.º 01/2023
RESULTADO PARCIAL
CARGOS DAS ÁREAS DA EDUCAÇÃO E SAÚDE:**

TÉCNICO DE ENFERMAGEM – PSFARNULFO LACERDA DE MOURA			
NOMES DOS CANDIDATOS	CLASSIFICAÇÃO		AC, PPP ou PcD
ALESSANDRA BRITO RODRIGUES	Aprovado	1º lugar	AC

TÉCNICO DE ENFERMAGEM- PSF FELICIANA			
NOMES DOS CANDIDATOS	CLASSIFICAÇÃO		AC, PPP ou PcD
MARILENE SANTOS DE SOUZA	Aprovado	1º lugar	AC

TÉCNICO DE ENFERMAGEM- PSF DONA LIO 1 e 2			
NOMES DOS CANDIDATOS	CLASSIFICAÇÃO		AC, PPP ou PcD
LEILA LESSA FERREIRA BOMFIM	Aprovado	1º lugar	AC
MARIO WANDERSON DA COSTA	Aprovado	2º lugar	PPP

TÉCNICO DE ENFERMAGEM - PSF - SÃO JOÃO DO PORTO ALEGRE			
NOMES DOS CANDIDATOS	CLASSIFICAÇÃO		AC, PPP ou PcD
ELIENE MOURA DE SOUZA LOPES	Aprovado	1º lugar	AC
JAINÉ PAMALA SOUZA RAMOS	Classificado	2º lugar	-

TÉCNICO DE ENFERMAGEM- PSF JUAREZ NUNES DE OLIVEIRA			
NOMES DOS CANDIDATOS	CLASSIFICAÇÃO		AC, PPP ou PcD
CILENE VITÓRIA BOMFIM NUNES	Aprovado	1º lugar	AC
JANAINA SOUZA DA SILVA	Aprovado	2º lugar	AC

TECNICO DE ENFERMAGEM - HOSPITAL MUNICIPAL SÃO SEBASTIÃO			
NOMES DOS CANDIDATOS	CLASSIFICAÇÃO		AC, PPP ou PcD
MARA MIRELLY PRADO DE OLIVEIRA	Aprovado	1º lugar	AC
MARIA DO CARMO NEVES MARQUES	Aprovado	2º lugar	PPP
TAMIRES SANTOS FERREIRA	Aprovado	3º lugar	PPP
JOSIELIKA LEANDRO DE AMORIN	Classificado	4º lugar	-
JANAINA DE ALMEIDA COSTA	Classificado	5º lugar	-
IARA BARBOSA PARENTE	Classificado	6º lugar	-
NATALIA ALCANTARA DE MOURA	Classificado	7º lugar	-
ELISETE CARLOS LOPES	Classificado	8º lugar	-

TECNICO DE RADIOLOGIA

TECNICO DE RADIOLOGIA HOSPITAL MUNICIPAL SÃO SEBASTIÃO			
NOMES DOS CANDIDATOS	CLASSIFICAÇÃO		AC, PPP ou PcD
MATHEUS NOVAIS BALIZA	Aprovado	1º lugar	AC





Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS**PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO — REDA - EDITAL N.º 01/2023****RESULTADO PARCIAL****CARGOS DAS ÁREAS DA EDUCAÇÃO E SAÚDE:**

JESSICA WALDENY DE CARVALHO SANTANA	Aprovado	2º lugar	AC
JODARIO SANTANA DA SILVA	Classificado	3º lugar	-

AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS

AGENTE COMUNITÁRIO DE ENDEMIAS – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (SMS)			
NOMES DOS CANDIDATOS	CLASSIFICAÇÃO		AC, PPP ou PcD
NATAN MARQUES LOURENÇO	Aprovado	1º lugar	AC
ELIENE OLIVEIRA DA SILVA	Aprovado	2º lugar	AC
NATÁLIA SILVA LOPES	Aprovado	3º lugar	AC
RONAN DOS SANTOS VIANA	Aprovado	4º lugar	AC
JEAN JALLES OLIVEIRA PAIM	Aprovado	5º lugar	AC
BRUNA CARLA BALIZA DE OLIVEIRA	Classificado	6º lugar	-
LOYANE CUNHA DA SILVA	Classificado	7º lugar	-
LILIAN DA SILVA SANTOS	Classificado	8º lugar	-
RAQUEL LOYS DE JESUS F. AZEVEDO	Classificado	9º lugar	-
CAMILA ALVES PIRES	Classificado	10º lugar	-
DAIANE OLIVEIRA OSÓRIO	Classificado	11º lugar	-
CASSIO SANTOS RIBEIRO	Classificado	12º lugar	-
FÁTIMA DE MOURA SOZA ALECRIM	Classificado	13º lugar	-
SABRINA COSTA DOS SANTOS	Classificado	14º lugar	-
ADRIANA MOURA LIMA DE SOUZA	Classificado	15º lugar	-
LUCIVANIA GONÇALVES DOS SANTOS	Classificado	16º lugar	-
LUCILENE DE ALMEIDA COSTA	Classificado	17º lugar	-
MARIA APARECIDA DA SILVA SOUZA	Classificado	18º lugar	-
LEIDIANE DE MOURA SILVA	Classificado	19º lugar	-
LAISA DE ALMEIDA OLIVEIRA	Classificado	20º lugar	-
DAYANE OLIVEIRA VEIGA NUNES	Classificado	21º lugar	-
VERÔNICA FERREIRA DOS SANTOS ABREU	Classificado	22º lugar	-
VANESSA ALMEIDA ALVES	Desclassificado	-	-
ALVINA DA MOTA FILHA NEVES	Desclassificado	-	-
ELIANE BASTOS DE OLIVEIRA	Desclassificado	-	-
ANA LAURA OLIVEIRA MONTALVÃO	Desclassificado	-	-
LEONARDO DA COSTA SANTOS	Desclassificado	-	-
KELLY CRISTINA RODRIGUES BARBOSA	Desclassificado	-	-
PATRÍCIA RODRIGUES DA SILVA	Desclassificado	-	-

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – MICRO-ÁREA 15			
NOMES DOS CANDIDATOS	CLASSIFICAÇÃO		AC, PPP ou PcD
CLAUDIJANE RODRIGUES DOS SANTOS	Aprovado	1º lugar	AC





Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS

**PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO — REDA - EDITAL Nº 01/2023
RESULTADO PARCIAL
CARGOS DAS ÁREAS DA EDUCAÇÃO E SAÚDE:**

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – MICRO-AREA 16				
NOMES DOS CANDIDATOS		CLASSIFICAÇÃO		AC, PPP ou PcD
IVONETE ALVES DE MOURA CARNEIRO		Aprovado	1º lugar	AC

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – MICRO-AREA 18				
NOMES DOS CANDIDATOS		CLASSIFICAÇÃO		AC, PPP ou PcD
NAYARA RODRIGUES DE MOURA		Aprovado	1º lugar	AC
JULIANA BEATRIZ CALDEIRA DE MOURA ARAUJO		Classificado	2º lugar	-

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – MICRO-AREA 23				
NOMES DOS CANDIDATOS		CLASSIFICAÇÃO		AC, PPP ou PcD
KELIANE NOVAIS DA COSTA		Aprovado	1º lugar	AC

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – MICRO-AREA 33				
NOMES DOS CANDIDATOS		CLASSIFICAÇÃO		AC, PPP ou PcD
THAUANE MAYRA RODRIGUES DA COSTA		Aprovado	1º lugar	AC
BRUNA OLIVEIRA DE SOUZA		Classificado	2º lugar	-
LOIANE DE ALMEIDA OLIVEIRA		Classificado	3º lugar	-
VANUZA DE LACERDA SILVA MIRANDA		Classificado	4º lugar	-
ANA PAULA DE BRITO SILVA		Classificado	5º lugar	-

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – MICRO-AREA 42				
NOMES DOS CANDIDATOS		CLASSIFICAÇÃO		AC, PPP ou PcD
DEBÓRA BARBOSA MICLOS		Aprovado	1º lugar	AC
VALCIRENE DE LACERDA SILVA NOGUEIRA		Classificado	2º lugar	-
MACIELLE MOURA DA SILVA		Classificado	3º lugar	-

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – MICRO-AREA 43				
NOMES DOS CANDIDATOS		CLASSIFICAÇÃO		AC, PPP ou PcD
CLEIDE NOGUEIRA DE FRANCA		Aprovado	1º lugar	AC
SANDRA ATAÍDE DE SOUZA		Classificado	2º lugar	-
SOLANGE MORAIS DO NASCIMENTO		Classificado	3º lugar	-
MARINA NOGUEIRA DE SOUZA		Classificado	4º lugar	-
ELISANGELA SOUZA DO NASCIMENTO		Classificado	5º lugar	-

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – MICRO-AREA 44				
NOMES DOS CANDIDATOS		CLASSIFICAÇÃO		AC, PPP ou PcD
OTAVIANO DE MOURA MATOS		Aprovado	1º lugar	AC
KERSLANE RIBEIRO FERREIRA		Classificado	2º lugar	-





Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO — REDA - EDITAL N.º 01/2023
RESULTADO PARCIAL
CARGOS DAS ÁREAS DA EDUCAÇÃO E SAÚDE:

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – MICRO-AREA 45			
NOMES DOS CANDIDATOS	CLASSIFICAÇÃO		AC, PPP ou PcD
RENATO PEREIRA DA SILVA	Aprovado	1º lugar	AC
POLIANE CUNHA DE ANDRADE	Classificado	2º lugar	-
EMANOEL HENRIQUE NUNES DO CARMO	Classificado	3º lugar	-
ELISVANIA AMARAL OLIVEIRA GOMES	Classificado	4º lugar	-
DAIANE SOUZA MELO	Classificado	5º lugar	-

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – MICRO-AREA 47			
NOMES DOS CANDIDATOS	CLASSIFICAÇÃO		AC, PPP ou PcD
FRANCINE DE OLIVEIRA FRANCA	Aprovado	1º lugar	AC

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – MICRO-AREA 48			
NOMES DOS CANDIDATOS	CLASSIFICAÇÃO		AC, PPP ou PcD
RAYNA DE BARROS RODRIGUES COSTA	Aprovado	1º lugar	AC
TEMISIA RODRIGUES OLIVEIRA	Classificado	2º lugar	-
JOSIANE OLIVEIRA SILVA	Classificado	3º lugar	-
DANILO OLIVEIRA SILVA	Classificado	4º lugar	-
ANA KAROLINA ROSA DA COSTA	Classificado	5º lugar	-
ROSANE DE CARVALHO RODRIGUES SILVA	Desclassificado	-	-

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – MICRO-AREA 49			
NOMES DOS CANDIDATOS	CLASSIFICAÇÃO		AC, PPP ou PcD
VANESSA MOTA DOS SANTOS	Aprovado	1º lugar	AC

AC = AMPLA CONCORRÊNCIA

PPP = PRETOS, PARDOS E PERTENCENTES À ETNIA INDÍGENA E QUILOMBOLA

PcD = PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Cocos – Bahia, 11 de julho de 2023.

COMISSÃO RESPONSÁVEL PELO PROCESSO SELETIVO

Maria Mercês Barbosa de Oliveira
Presidente

Francirene Araujo Pereira
Membro

Alessandra Rocha Lopes
Membro

Página 9 de 9

Rua Presidente Juscelino, 115, Centro, Cocos, Bahia, CEP 47.680-000
 CNPJ n.º 14.222.012/0001-75 Telefone: (77) 3489.1041



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

Assinatura digital ICP-Brasil em conformidade com a MP nº 2.200-2/2001 gerada pelo software de propriedade da PROCEDE BAHIA Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA, protegido pela Lei nº 9.609/98, regulamentado pelo DECRETO Nº 2.556 e devidamente registrado no INPI sob o número BR 512016000188-7 publicado na Revista da Propriedade Industrial nº 2387.

Para verificar as assinaturas clique no link: <http://www.procedebahia.com.br/verificar/F61F-A89D-097C-A37A-C7A5> ou vá até o site <http://www.procedebahia.com.br> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: F61F-A89D-097C-A37A-C7A5



Hash do Documento

05534bfa4aac3bf94d813702d47ffa3e8ec926651a2e56a77fbb2d30542c1fa7

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 11/07/2023 é(são) :

Tipo: Certificado Digital ICP-Brasil

Responsável: PROCEDE BAHIA Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos Ltda

CNPJ: 18.195.422/0001-25

Assinado em: 11/07/2023 19:39 UTC-03:00